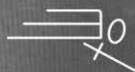








Marina Pimenta



MALAKO DIKAIÁ
PUBLICAÇÕES

O Diário de uma Advogada

ROMANCE INSPIRADO EM FATOS REAIS

Edição e Revisão: **Naassom Gonçalves De Paula**

Capa e
Design Gráfico: **Poesias Escolhidas Editora**

P644o Pimenta, Marina
O Diário de uma Advogada / Marina Pimenta. – Belo Horizonte: Malako Dikaia Publicações, 1ª ed., 2016.
128 p.; 21 cm

ISBN 978-85-69464-27-3

1. Literatura Brasileira. 2. Romance Brasileiro Contemporâneo. I. Título.

CDD: B869.3

CDU: 82-31(81)

www.malakodikaipublicacoes.com.br
malako.dikaia@yahoo.com.br

Belo Horizonte
2016

Aos egressos do sistema prisional atendidos por mim no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), uma vez que foi por eles e por meio deles que pude enxergar tal questão social e encontrar motivação para escrever e refletir acerca de suas vidas. Por isso, dedico esse trabalho a vocês, pois conseguiram me tocar pelo afeto e pelo coração! Muito obrigada pelo aprendizado e carinho! Espero que esse trabalho que possa dar visibilidade a questões tão importantes e que toca a vida de seres humanos que encontrei para além das condenações criminais. Muito obrigada por compartilharem suas vidas e histórias e colaborarem para que eu pudesse me sentir uma pessoa melhor!

MARINA PIMENTA

SUMÁRIO

Poema Para AMAR.....	15
Final De Expediente	17
Capítulo I – Vidas Cruzadas	21
<i>Maria Rita</i>	21
<i>Ajani</i>	39
Capítulo II – O Homem Invisível	43
<i>José</i>	43
<i>Maria Rita</i>	45
Capítulo III – Matar E Morrer.....	49
<i>Carlos</i>	49
<i>Maria Rita</i>	50
Capítulo IV – Sangue Do Meu Sangue.....	63
<i>Angélica</i>	63
<i>Maria Rita</i>	67
Capítulo V – Liberdade, Ainda Que Tantan.....	69
<i>Bonifácio</i>	69
<i>Maria Rita</i>	72
Capítulo VI – Nem Cinderela, Nem Mulher Maravilha.....	85
<i>Maria Rita</i>	85
<i>Jocasta</i>	94
Capítulo VII – Entre A Cruz E A Espada.....	97
<i>Mauro</i>	97
<i>Maria Rita</i>	100
Capítulo VIII – Direito Penal Líquido: Novo Panóptico E O	
Monitoramento De Corpos	109
<i>Maria Rita</i>	109
<i>Ernesto</i>	115
Capítulo IX – A Última Pedra.....	117
<i>Zeca</i>	117
<i>Maria Rita</i>	119
Capítulo X – O Estagiário	125
<i>Maria Rita</i>	125
<i>Final De Expediente</i>	139

PREFÁCIO I

Os desafios colocados para os indivíduos na retomada da vida além da prisão, a liberdade não somente de ir e vir, mas também de escolher e se posicionar diante das situações cotidianas são expressos de maneira muito sensível e realista no livro. E ainda os sentimentos, as angústias e as dúvidas colocados também por Maria Rita demonstram a complexidade de se atender casos tão diversos e suas peculiaridades, e como as histórias nos tocam e nos fazem pensar de um outro lugar, fora do senso comum.

O acompanhamento de casos de egressos do Sistema Prisional exige um processo dialógico, no qual se compreende os recuos e avanços das pessoas atendidas como parte de processos sociais que extrapolam as motivações de caráter individual. Fugir do etiquetamento social, do julgamento do bom ou mau é uma tarefa rotineira e árdua que nos coloca em prova durante todo o tempo. O desafio é identificar possíveis fatores de vulnerabilidades que possam comprometer a permanência desses indivíduos em liberdade ou que possam colocar em risco a sua vida. Muitas vezes o acolhimento e orientação possibilitam que a pessoa atendida amplie seu repertório existencial e consiga superar as condições agravadas pelo aprisionamento, tendo acesso a mais recursos e oportunidades que possam ressignificar suas histórias, repensar trajetórias e ampliar suas perspectivas de vida.

O livro “Maria Rita, o diário de uma advogada” demonstra tudo isso de uma forma muito real a partir dos atendimentos realizados por uma advogada a indivíduos que, de várias formas, tiveram suas vidas relacionadas ao crime e à prisão e que procuram maneiras de restabelecer suas vidas, mas sem

excluir disso os processos de criminalização que os envolveram. O livro possibilita pensar sobre o tema sob diversas perspectivas e contextos, mas que no fim passam pelo mesmo objetivo que é a ressignificação de vida de cada um e inclusive de Maria Rita.

A leitura ainda nos possibilita ir além das especificidades do atendimento, pois nos propõe uma reflexão sobre como, ao se deparar com situações que envolvam pessoas egressas do sistema prisional, podemos pensar em todo o processo de estigmatização que envolve esses indivíduos, deixando de lado todos os preconceitos e refletindo sobre a trajetória de cada um e o que o levou a estar nessa condição.

O livro é instigante e sensível ao mesmo tempo, pois nos faz ficar com vontade de conhecer mais sobre cada história, de sentar com Maria Rita e gastar horas e horas só ouvindo e discutindo todas essas experiências. Com certeza, se tivéssemos essa oportunidade, sairíamos de lá mudados!

Aproveitem a leitura!

LUIZA HERMETO COUTINHO CAMPOS

DIRETORA DO NÚCLEO DE INCLUSÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA
PRISIONAL

COORDENADORIA ESPECIAL DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL (SEDS)

PREFÁCIO II

Conforme dados disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (2014), o Brasil conta com uma população carcerária composta de 607.731 pessoas, sendo 358.561 condenadas definitivamente à pena privativa de liberdade e 249.170 submetidas à prisão provisória. Trata-se da quarta maior população carcerária do planeta, superada em números absolutos por Estados Unidos da América, China e Rússia. (Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, 2014).

De acordo com as informações do *Institute for Criminal Policy Research*¹ (2016), o Brasil possui a taxa de 301 pessoas presas por 100.000 habitantes, o que significa que é o 31º no ranking de 222 países. Quanto ao déficit de vagas, o Brasil possui uma taxa de ocupação de 153,9%.

Por sua vez, o estado de Minas Gerais conta com a segunda maior população carcerária do Brasil, conforme dados do Departamento de Monitoramento de Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (2014). Conforme dados mais recentes do Conselho Nacional de Justiça ² (2015), o estado de Minas Gerais possui população carcerária de 64.082 pessoas,

¹ Dados disponíveis em www.prisonstudies.org.br, acesso em 02 de janeiro de 2016. Há uma ferramenta que permite ao internauta buscar informações gerais sobre números absolutos e relativos, quanto à população prisional em todo o mundo.

² Dados disponíveis em www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/geopresidios-page, acesso em 02 de janeiro de 2016.

distribuídas em 291 estabelecimentos prisionais que possuem capacidade para abrigar apenas 38.162 seres humanos. Dos 291 estabelecimentos mineiros, 124 se encontram em situação péssima, 27 em situação ruim, 89 em situação regular, 47 em boa situação e apenas 4 em situação excelente, conforme dados das inspeções nos estabelecimentos penais efetuadas pelo Conselho Nacional de Justiça, constantes dos relatórios do Departamento de Monitoramento de Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (2014).

A execução da pena privativa de liberdade é, portanto, tema que desafia a atenção no Brasil e no mundo, considerando o contingente de seres humanos submetidos ao cotidiano do cárcere. Além da questão da superpopulação dos estabelecimentos, que muito dificulta o trabalho e o custeio do sistema como um todo, há a questão da eficácia da pena privativa de liberdade.

A prisão é imposta ao corpo do ser humano com um propósito anunciado e assumido pela legislação nacional e internacional. Só se admite a prisão de um ser humano a partir de situações reguladas, justificadas e previstas na legislação, e com base em parâmetros bastante definidos. O arcabouço jurídico é bastante amplo e se distribui entre tratados e convenções internacionais, Constituições dos diferentes países – no caso brasileiro, a Constituição de 1988 – e legislações internas – que no caso brasileiro é a Lei n. 7210/84, denominada Lei de Execução Penal (LEP).

A LEP reproduz nas normas internas brasileiras os parâmetros delineados pela Constituição de 1988 e pelas convenções internacionais que tratam do assunto, quais sejam a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São

José da Costa Rica) e Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos de Nova Iorque. Tais parâmetros estão ligados aos princípios da humanidade das penas, à vedação das sanções de escravidão, banimento, trabalhos forçados, de morte, além de obrigar a que a execução da prisão se atenha apenas ao cerceamento da liberdade de locomoção da pessoa, mantendo-se íntegros todos os direitos inerentes à sua dignidade.

O discurso da Ciência do Direito Penal afirma que a prisão se justifica pela necessidade social de lidar com o crime. Numa observação histórico-arqueológica do Direito Penal, da prisão e do Estado, observa-se a alternância de correntes do pensamento científico entre tendências retributivas, e orientações preventivas, com inclinação para a prevenção e para o afastamento do indivíduo do caminho ligado à criminalidade.

No contexto político e social de tantas regulações jurídicas nacionais e internacionais que visam a garantir direitos à pessoa humana que teve retirada pelo poder estatal a sua liberdade de locomoção pela imposição da pena privativa de liberdade, conforme assinalado por Foucault em *Vigiar e Punir*, o discurso de encarceramento e humanização das penas tomou o lugar dos espetáculos de vingança e expiação, porque a prisão surgiu como uma alternativa interessante. Com ela, o criminoso é fisicamente retirado do seio social e se agregando as noções de ressocialização, reabilitação ou reinserção social, a pena privativa de liberdade se apresenta como um poderoso mecanismo de controle do indivíduo.

Para o discurso científico do Direito, a prisão não só representa a luta contra o delito, como significa uma metodologia de intervenção sobre a pessoa do criminoso, de forma que ele passe, no mínimo, a respeitar o mesmo código de valores

esposado pela legislação que foi desrespeitada pela conduta criminosa. Esta metodologia de atuação estatal sobre a pessoa do criminoso, representada pela prisão, deve então atingir a finalidade de prevenção de novos delitos, o que em última análise significa obter a mudança de conduta por parte do indivíduo que foi submetido à prisão, para que não volte a cometer crimes.

De toda sorte, tomando, por fim, os dados constantes do Relatório de Pesquisa de Reincidência Criminal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2015), hoje considerado o documento oficial e produzido sob o patrocínio e apoio do Conselho Nacional de Justiça, o Brasil chegou a um patamar médio de 24,4% de reincidência criminal. Tal índice derivou de uma média ponderada realizada em alguns estados específicos (Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná e Rio de Janeiro), observando-se uma amostra de 817 condenados, o que quando se considera o total da população prisional brasileira, inviabiliza a possibilidade de generalização do índice encontrado na pesquisa, que não se utilizou de uma amostra probabilística. Já no *Estudio Comparativo de Población Carcelaria* apresentado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento Humano – PNUD (2013), foi apontado o índice de reincidência para o Brasil de 47,4 % entre homens e 30,1 % entre as mulheres.

A existência de reincidência significativa no sistema carcerário que propõe a reintegração social já indica que a execução penal não atende os fins propostos a ela de maneira satisfatória.

Conclui-se que há uma larga discrepância entre o discurso científico tradicional da Criminologia e do Direito Penal, que fundamenta a pena na reintegração social do indivíduo, a maneira como a execução da sanção penal efetivamente opera. Basta imaginar que com os índices apresentados – tanto pelo IPEA

quanto pelo PNUD – há uma população que segue sendo institucionalizada e reinstitucionalizada ao longo de sua existência, ao sair do sistema carcerário e logo depois regressar ao mesmo sistema.

Portanto, entre o ideal ressocializador fundamentado no discurso científico da Criminologia Positivista e do Direito e os índices de reincidência apresentados, há um espaço lacunoso e ideal às investigações científicas.

Nesse contexto, vislumbrar uma obra que aborda as agruras da execução penal enxergando em indivíduos mais do que “executandos”, “reeducandos” ou “recuperando” ou “egressos do sistema” é motivo de grande comemoração.

Pode-se afirmar que o sistema de execução penal estará sempre fadado ao insucesso na medida em que não consegue aplicar a metodologia da execução penal a um ser humano único, com suas especificidades, individualidades e histórias de vida. O sistema de execução penal necessita captar que cada indivíduo necessita quebrar com as limitações de relações de poder baseadas em dominação e imposição e permitir que se desenvolvam a partir de fatias significativas de liberdade e autodeterminação. Somente com a capacidade de participar ativamente nas relações de poder, minimizando a dominação, é que o indivíduo é livre. E, diante desta liberdade, surge a ética como possibilidade/liberdade de escolha com o mínimo de dominação exercida por meio do poder disciplinar, por exemplo.

Neste sentido, parabenizamos a autora desta obra por conseguir enxergar mais que “egressos”, mais do que “recuperandos” nesses seres humanos que muito tem a nos contar sobre si mesmos e sobre as possibilidades de reinventar a

sanção penal, a partir de um ideal de resistência à dominação e à docilização dos corpos.

VIVIANE TOMPE SOUZA MAYRINK
DIRETORA DO INSTITUTO JURÍDICO PARA A EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA -
IJUCI

POEMA PARA AMAR

Quando fui sentenciado a nascer
A grandeza do mundo me esperava do lado de dentro da vida
Mas tive a vida convertida num caixote: cai-chão.

Foi no crescer que tudo ia se somando até formar minha ira
Insuflada por uma tropa de gentes.

Mataram os homens que sabiam amansar pássaros. Matamos?

Poderia até nascer de novo. Mas não poderia mais me tornar algo
diferente do que já fui.

Ainda há pouco foi assim. Ainda é.
Tensões e prisões.
Será que nunca, depois disso tudo, haverá amor?

MARICE CERES, 29 DE AGOSTO DE 2016

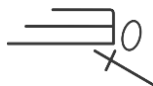


FINAL DE EXPEDIENTE

O sino da Igreja tocou e ao mesmo tempo ecoou uma Ave Maria, o Hino das 18 horas, denominado a Hora de Ângelus ou Toques das Ave-Marias. Esse hino lembra os católicos, através das preces, do momento da anunciação feita pelo anjo Gabriel a Maria, acerca da concepção de Jesus Cristo. No mundo católico, é uma hora rememorada diariamente através de preces e orações, algumas rádios tocam a música, respeitando essa tradição. Essa canção me envolveu e, aos poucos, dissipou o peso das tensões daquela semana de trabalho e do ano intenso.

Era final de ano. A cidade estava agitada e enfeitada, pois as pessoas, avidamente, buscavam por compras alimentando o capitalismo insano. Eu ficava pensando como as compras eram incoerentes com o Espírito de Natal e com a proposta de Jesus. Mas uma coisa é fato, é inegável como o Espírito de Natal contagiava as pessoas, as quais nos cumprimentavam nessa época, o que nunca havia sido feito antes. Não houve mudanças, era apenas um sentimento passageiro. Passadas as festividades, eles voltavam à mesma aridez de sempre.

A sexta-feira finalmente chegou e trouxe consigo o final do expediente. O dia havia sido muito difícil, e o ano, intenso. Eu estava concluindo os trabalhos e era meu último dia no escritório. Iria tirar alguns dias de férias e respirar um pouco, aproveitando o recesso forense. Preparava-me para sair, pois havia combinado com meu marido que iríamos sair para relaxar um pouco, comemorar o ano, tomar um bom vinho e rever alguns amigos.



Organizei a mesa, guardei alguns processos e documentos no armário, e lavei as louças. Enquanto fazia essas coisas, lembranças, como um filme, passavam em minha cabeça. Eram recordações dos casos e histórias que foram apresentadas a mim, e da complexidade da vida. Sentei na minha poltrona e fui recordando um a um. Pensei na diversidade de histórias que passaram por aquele escritório. Se as paredes tivessem ouvido, como dizem por aí, elas sairiam correndo, e, se tivessem boca, correriam gritando apavoradas. Muitos livros e filmes poderiam ser produzidos com esses episódios. Às vezes, quando assistia a um filme, via como os diretores são criativos e como gastam tanto tempo elaborando histórias, as quais, inevitavelmente, retratam a vida. A complexidade da existência humana, por si só, já oferece múltiplos enredos. Por isso, os meus preferidos sempre foram filmes baseados em fatos reais.

A campanha tocou quebrando o meu devaneio. Era a equipe do Hotel para animais, iria deixar meu grande amigo Bonifácio com eles, pois iria viajar nos próximos dias. Dei um abraço nele, o afaguei, passei as mãos em seus pelos. Eu iria sentir falta dele, mas tinha certeza de que ele seria bem cuidado. Depois de colocá-lo em uma gaiolinha, eles o levaram. Peguei a minha bolsa e desci.

Fui caminhando pelas ruas e observando a beleza da cidade. Passei pela Praça Sete, segui pela Afonso Pena e subi a Rua da Bahia. Rapidamente eu já estava em nosso local de encontro, o Maletta. De longe, do segundo andar, já via a turminha acenando para mim, dei um sorriso e retribui o aceno. Meu marido abriu um sorrisão. Talvez ele nem imaginasse como aquele sorriso me fazia bem.



Da porta do Maletta, vi a agitação intensa e o burburinho. Aos poucos fui entrando no clima. Era muito barulho, as pessoas estavam animadas, conversando alto, e ambiente era envolto pela nicotina e álcool. Resolvi esperar um pouco e tirei um cigarro do bolso. Pensei em fumar um cigarro antes de subir, pois com as novas regras, era proibido fumar no local. Encostei-me ao muro e acendi o cigarro. Na medida em que a nicotina entrava e enchia os meus pulmões, sentia que a fumaça liberava um pouco das tensões e, aos poucos, ia me acalmando.

Uma moça se aproximou e perguntou se tinha fogo. Emprésteei o isqueiro a ela, que ficou encostada ao meu lado. Juntas, ficamos observando o movimento das pessoas entravam e saíam. Era uma jovem muito bonita, e vi que ela precisava conversar um pouco, pois disse que precisava beber, porque havia acabado de ser demitida.

O ano era um ano de crise política e desemprego, não estava fácil para ninguém, principalmente para um egresso do sistema prisional.

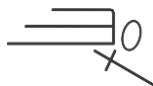
– As suas tatuagens são muito bonitas! – Comentei.

Ela tinha um grande coração tatuado no peitoral, uma notável obra de arte.

– Doeu muito para fazer isso?

– Um pouco! – Disse, entre um sorriso e uma olhadela para o peito.

Nós observávamos o movimento da rua, o que dava tempo à nicotina do cigarro de me acalmar. Enquanto isso, a moça vomitava as suas insatisfações com o mercado de trabalho e, conseqüentemente, com o mundo.

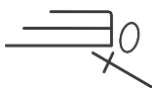


O desabafo dela foi interrompido pelo toque do meu celular. Era o meu marido querendo saber onde eu estava. Disse-lhe que estava terminando de fumar um cigarro e que logo iria subir. Despedi-me da moça, desejei-lhe sorte e subi. Passei pela Cantina do Lucas, pelos outros bares, peguei o elevador e, em poucos instantes, já estava nos braços de pessoas queridas.

Abracei longamente o Francisco, um amigo de longa data, a quem não via há muito tempo. Ele é um brilhante escritor e passou alguns meses fazendo o caminho de Santiago. Ele havia feito uma peregrinação literária. A cada parada, escrevia um capítulo do seu livro. Estávamos animados, pois ele faria o lançamento do seu livro no início do ano. No que tange à peregrinação, ele havia se inspirado um pouco nos livros de Paulo Coelho, mas a sua proposta era bem diferente.

Depois foi a vez de abraçar a Magali, uma jovem artista. Ela estava terminando o Curso de Belas Artes na UFMG. Um grande beijo no Isaac, nosso mascote da turma. Ele estava fazendo jornalismo e havia me pedido naquele dia para, aproveitando a vibração do bar, contar um pouco do meu trabalho na área penal e com egressos do sistema prisional, pois ele iria fazer uma matéria. Ele queria fazer uma matéria sobre a pessoa que está por trás do crime. Seu objetivo era mostrar o ser humano que existe por trás de um rótulo de criminoso e dos tipos penais. Os seus questionamentos giravam em torno de: será que, realmente, somos tão diferentes daquele que comete crimes? Quais fatores contribuem ou não para o cometimento do crime? Ele era muito curioso e suas questões eram instigantes.

Assentei-me, pedi uma cerveja e começamos a conversa...



CAPÍTULO I – VIDAS CRUZADAS

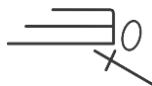
MARIA RITA

A manhã estava totalmente atípica. Havia muito barulho lá fora, e estávamos vivendo um momento diferente, inusitado em nossa história, pois as manifestações de junho eram intensas por toda a cidade. Há muito tempo não víamos a população saindo às ruas reivindicando direitos e desejos. Com indizível contentamento, as pessoas diziam que o gigante havia acordado.

Do outro lado da janela, fiquei olhando a movimentação das pessoas que mais se assemelhava a um combate. De longe tentava ler o que estava escrito nas bandeiras, enquanto me esforçava para decifrar as diversas pautas e reivindicações. Enquanto observava o movimento que me contagiava, por alguns minutos fiquei pensando nas pautas que aquela manifestação poderia suscitar. O que eu iria reivindicar? O meu maior desejo era me esvaziar e dar vazão a todas as bandeiras e questões que ouvia cotidianamente naquela sala. O turbilhão de vozes e demandas que ouvia nas ruas da cidade comungava com o turbilhão de demandas que havia no meu íntimo.

Naquele momento eu me dava conta dos meus diversos anseios e tentava imaginar a reação das pessoas com as minhas pautas: pelo direito ao esquecimento; pelo reconhecimento da cidadania dos egressos do sistema prisional; pelo acesso ao trabalho; a favor da aplicação da CLT para o trabalho do preso.

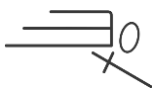
Seria cômico imaginar a reação das pessoas com as minhas bandeiras, demonstrando um estranhamento e desprezo. Tenho certeza de que elas iriam se perguntar se eu havia



praticado algum crime, e tentariam decifrar o meu tipo penal. É infinita a fantasia das pessoas em relação aos presos e egressos do sistema prisional. Eu imaginava também todos meus clientes do escritório participando das manifestações com os seus cartazes, e tentava prever como seria a reação das pessoas, e como eles seriam tratados. Contudo, logo a realidade veio à tona e pensei que eles não passavam nem perto das manifestações com medo de serem confundidos com manifestantes e serem presos, outra vez. As condições impostas aos egressos do sistema prisional em regime aberto preveem, na Lei de Execução Penal, que eles não podem frequentar determinados lugares. Certamente a presença deles nas manifestações poderia não ser bem interpretada pela autoridade policial que os encontrasse, mesmo em manifestações pacíficas. A passagem pelo sistema prisional deixa tantas marcas em um ex-detento que ele jamais conseguirá circular com tranquilidade pelas ruas, pois qualquer coisa pode ser associada ao etiquetamento social³.

O barulho e o movimento estavam desviando a minha concentração. Eu havia reservado a parte da manhã para escrever

³ A Teoria do Etiquetamento Social, também conhecida “labelling approach” bem defendida por Becker em seu livro “Outsiders” é enquadrada como “desviação”, ou seja, uma qualidade atribuída por processos de interação altamente seletivos e discriminatórios. Tem essa teoria como objeto de criminalização, ou seja, critérios utilizados pelo sistema penal no exercício do controle social para definir o desviado como tal. Nesse sentido, essa pessoa “é considerada o “outro”, sendo considerada fonte de perigo, o qual necessita ser neutralizado, uma vez que é visto como fonte imediata de perigos e incertezas.”



mais um capítulo da minha tese, pois, em razão das manifestações de junho, o movimento de clientes no escritório havia sido reduzido significativamente, e optei por dedicar esse período à produção Acadêmica.

A minha viagem de pensamentos foi interrompida pelo barulho abrupto da campainha. Atendi rapidamente. Era um rapaz negro, muito bonito e com os dentes brancos como a neve. Eu não parava de olhar para seus dentes, tão brancos, enquanto observava o seu gingado diferente. Ele falava em espanhol, e eu acho lindo o espanhol. Ele logo revelou sua intenção:

– Eu preciso muito falar com a Dra. Maria Rita!

Entre a sala de atendimento e a porta que dava para fora havia uma antessala. Pedi a ele que esperasse ali pelo atendimento.

– qual é o seu nome?

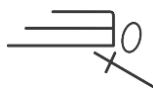
– Ajani!

– Ajani?

– Sim!

– Aguarde um momento, que o senhor logo será chamado para o atendimento!

Entrei na minha sala, cuja parede de vidro fazia separação com o restante do escritório. Essa parede, invenção do meu marido, permitia que eu tivesse privacidade e segurança. Da minha mesa, eu não conseguia tirar os olhos dele, enquanto me aguardava assentado em um antigo sofá de dois lugares. Vi que ele observava curiosamente os móveis ao seu redor, detendo-se um pouco mais na minha radiola velha, herança de família. Fiz questão de levá-la para o meu escritório, pois gosto de ouvir os vinis que ganhei da minha mãe, eram belas canções que me

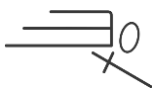


acompanharam toda a minha infância, adolescência. Eles fazem parte da minha vida. Sempre gostei de ouvir essas canções nos meus momentos de melancolia e para relaxar um pouco após o trabalho, obviamente, acompanhado de um bom vinho, sempre presente no meu escritório a cada final de expediente.

Ele olhava cada detalhe da sala, sempre com um belo sorriso no rosto. Às vezes percebia que ele estava me olhando. Por um momento, pensei que ele estava tentando me decifrar a partir do meu mundo, aquela sala e aqueles objetos. Enquanto retirava os livros, que estavam na minha mesa e que subsidiavam as minhas reflexões da tese, tentei imaginar a sua nacionalidade, pois ele usava roupas tão coloridas, sandálias de couro, cordão de madeira e perfume amadeirado.

Abri a gaveta e peguei um questionário que utilizava para nortear meus atendimentos e que permitia fazer um diagnóstico acerca da situação daquela pessoa e construir ações. Em seguida, pedi para que entrasse e que ficasse à vontade.

Inicialmente, como uma forma de aguçar os meus sentidos para entender quem eram as pessoas atendidas e o que tocava a sua existência, pedia a elas para falar do motivo que as levava ali. Ele disse que se chamava Ajani, era nigeriano e que havia sido preso no Aeroporto Internacional de Confins, pois desembarcara trazendo drogas para Belo Horizonte. Ele relatou que fora encaminhado diretamente para a unidade prisional; e que, posteriormente, fora condenado a uma pena de oito anos e seis meses; e que cumprira cinco anos e sete meses em regime fechado; e que agora se encontrava em regime aberto de prisão domiciliar.

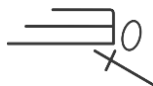


Na medida em que Ajani relatava o episódio da sua prisão, lembrava-me de uma reportagem na Internet, a qual apresentava dados do Ministério da Justiça para o sistema prisional, realizadas em 2012. Segundo esse levantamento, no país havia cerca de três mil e trezentos condenados à prisão. Esse número correspondia a pessoas no regime fechado, semiaberto ou aberto. A maior causa de detenção era o tráfico de drogas. Cerca de noventa por cento dos que portavam drogas eram mulas, e a maioria deles era de países africanos.

Ouvia atentamente o que ele dizia. Contudo, antes de entrar em outras questões trazidas pelo rapaz, queria muito matar a minha curiosidade acerca do Continente Africano. Era o primeiro caso de estrangeiro que recebia em meu escritório e queria explorar esse universo e compreender o que tocava a vida daquelas pessoas. Imediatamente pedi para ele falar um pouco sobre seu país, perguntei como era sua vida lá.

Ele me falou que trabalhava com diamantes. Não me contive. A primeira coisa que veio a minha mente foi o filme que havia assistido: Diamante de Sangue, com o gato do Leonardo Di Caprio. O título refere-se a diamantes extraídos em regiões africanas em guerra. Essas pedras são vendidas para financiar conflitos, assim geram lucro aos senhores da guerra e a joalherias em todo o mundo.

O filme retrata a Guerra Civil de Serra Leoa, de 1991 a 2002. A Guerra teve início em 1991 pela Frente Revolucionária Unidade (FRU). Foram mais de vinte mil os mortos resultantes do conflito. Mais de dois milhões de pessoas, bem mais de um terço da população, foram deslocadas em razão dos onze anos de conflito. Os países vizinhos tornaram-se abrigos para os



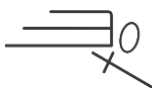
refugiados que tentavam escapar da guerra civil, cujo conflito se tornou conhecido por muitos massacres, por amputações de membros, pelo uso de crianças como soldados e pelo tráfico de diamantes para o financiamento das forças rebeldes. A guerra foi declarada oficialmente como encerrada em 18 de janeiro de 2002 com a mediação da ONU e a democracia foi restaurada. Contudo, até hoje a população ainda sofre com os traumas do passado, e as cicatrizes do conflito ainda estão abertas. Nesse momento, as cenas do filme vinham à minha mente.

Os meus pensamentos foram inundados de questionamentos e pensamentos. Era impossível me conter. Eu não parava de fazer perguntas e tentava compreender a sua vida e se nela havia algum elemento retratado pelos filmes. Tenho muito fascínio pelos filmes, pois gosto muito de ver determinadas questões sociais e problemas sob determinados prismas. Ele falou muito sobre o comércio de diamantes.

Depois disso, quis saber também a respeito dos pontos turísticos da Nigéria, os modos de vida lá e sobre os conflitos na região. Queria muito de saber como é o continente na ótica de um africano, sobretudo para extrapolar a compreensão de uma África que me foi apresentada nos livros, jornais e filmes. Fiquei muito animada, pontuando que gostaria muito de conhecer o lugar. E ele pontuou:

– O que a África tem de melhor são as pessoas!

Concordei com ele, de imediato, pois gostei muito de tê-lo conhecido. Foi uma grata surpresa logo pela manhã. Contudo, ao olhar o relógio, percebi que já havia se passado mais de uma hora nessa conversa atendendo às minhas curiosidades. Então, preenchi a sua ficha com algumas informações pessoais,

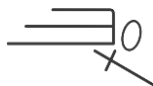


perguntei sobre o seu endereço e ele informou que morava com uma companheira. Nesse momento, ele fez questão de abrir parênteses e relatar como, mesmo estando preso, conheceu a sua companheira. Então pude perceber que quando a pessoa não consegue respaldo governamental para auxiliá-lo em suas questões e há ausência de Políticas Públicas, o que resta a essas pessoas são a criatividade e as estratégias de sobrevivência.

– Dra. Maria Rita, eu deixei toda a minha família na Nigéria. Vim para o Brasil para transportar droga e acabei sendo preso. Eu não tinha ninguém aqui em Belo Horizonte por mim. Foi assim que conheci outros Africanos cumprindo pena na unidade prisional e tentamos nos ajudar uns aos outros. Foi assim também que conheci a minha atual companheira.

Na medida em que ele falava, eu percebia a forma dócil utilizada ao se referir aos demais africanos presos, pois ele sempre usava a expressão: os meus companheiros africanos. Isso me chamou a atenção, pois pude perceber como havia gestos de generosidade e de preocupação com o próximo em um espaço que sempre associado à desumanidade e à falta de afeto.

Ele disse que, durante a noite, na prisão, costumava participar de programas de relacionamentos. Ao fazer referência a esse programa, lembrei-me de um que ouvia falar muito na minha adolescência, Good Times, do qual a minha irmã mais velha gostava de participar. O interessado ligava para o programa, falava um pouco de si, deixava seus contatos e, depois disso, o telefone não parava de tocar com as promessas e estratégias de sedução dos possíveis candidatos e pretendentes. Era uma distração interessante para conhecer pessoas, para uma época em que não existia o Facebook nem o WhatsApp. Esses programas



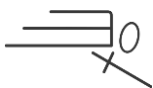
de rádio promoviam interação social, sendo responsável pelo encantamento e pela comunhão de pessoas ávidas por um novo amor ou nova aventura.

Foi dessa maneira que ele conheceu a sua companheira. Eles mantiveram contato durante algum tempo, e ela logo foi visitá-lo na prisão. Assim que o conheceu, ela tratou logo de fazer o seu cadastro como companheira e registrar união estável, pois só assim, era permitido ter direito a visitas íntimas. Ele disse que ela ia visitá-lo todas as semanas e, nessas idas e vindas, ele alimentava o seu ser com o afeto e os prazeres carnavais.

Perguntei-lhe como eram esses locais. E ele disse que o local das visitas íntimas era na cela mesmo; e que colocavam lençóis nas grades para manter a privacidade. Assim, cada um supria as suas necessidades carnavais e se entregava aos poucos prazeres que era possível naquele lugar. A prisão era um espaço de inúmeras violências, dentre as quais está a falta mínima de privacidade no momento mais íntimo.

Ajani relatou que, depois de algum tempo, teve direito à progressão de regime⁴, passando para a prisão domiciliar⁵. Ele

⁴ Os regimes de cumprimento de pena adotado no Brasil são três: regime fechado, semiaberto e aberto. O que diferencia é a intensidade de restrição de liberdade, nesse sentido ocorre quando o condenado passa de um regime mais rigoroso de pena para um menos rigoroso. De acordo com o Código Penal e a Lei de Execução Penal para fazer jus a progressão, o condenado deve cumprir dois requisitos, quais sejam: objetivos que consiste no cumprimento de determinada parcela do regime anterior para possibilitar a progressão e o subjetivo diz respeito ao mérito do condenado, ou seja, a sua capacidade de se adequar a um regime menos rigoroso. Caso queria saber mais sobre o assunto



disse que a sua companheira foi fundamental nesse processo, pois se não fosse ela, ele não teria para onde ir, restando somente a rua e o abandono. Ajani tinha medo do que encontraria lá fora, pois, além dos desafios de uma nova cultura e de uma nova linguagem, ele ainda carregava cicatrizes da prisão por ser um ex-presidiário.

Ao ouvi-lo, recordei um trecho do Livro “Memórias de um cárcere” de Graciliano Ramos, livro que me acompanha diariamente no escritório, no qual sempre lia um trecho:

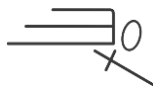
“Impossível adivinhar quantos dias, meses, anos me separam da liberdade, e realmente a ideia de ser posto na rua, sem armas, sem defesa, me causava arrepios. Medonho confessar isto: chegamos a temer a responsabilidade e o movimento, enervamos a arrastar o espaço exíguo os membros pesados. Bambos, fracos, não nos aguentaríamos lá fora; a menor desgraça é continuarmos presos, inertes, desmedindo-nos em longos bocejos”.⁶

Naquele momento, Ajani percebeu que estava livre, mas se sentia tão preso quanto no tempo em que as grades o

leia artigo publicado pelo Grupo de Estudos Carcerários Aplicados da Universidade de São Paulo – USP: “A progressão de regime per saltum e a Súmula 491 do STJ.

⁵ A prisão domiciliar está prevista no artigo 117 da Lei de Execução Penal e “substitui” o cumprimento de pena em Casa de Albergado (regime aberto) e tem natureza de prisão-pena.

⁶ RAMOS, Graciliano. Memórias de um cárcere. P. 03.



superavam do resto do mundo. Isso se devia as inúmeras condicionalidades⁷ que ele teria que cumprir e que estavam listadas taxativamente na carteira que ele recebeu do Juiz da Vara de Execuções Criminais. Ao falar disso, retirou logo a sua carteira do bolso. Ele havia sido orientado a andar sempre com ela em todos os locais, e leu as condições impostas pelo juiz: “não mudar do território da comarca do Juízo da Execução, sem prévia autorização deste; recolher-se à habitação depois das 22 horas; não frequentar determinados lugares como casa de prostituição e jogos”; e aquela que mais o preocupava: “obter ocupação lícita, dentro do prazo razoável, se for apto para o trabalho, e comunicar periodicamente ao Juiz da Execução.” Ao ler a última condição imposta, Ajani demonstrava muita preocupação, pois não sabia como deveria proceder.

Nesse momento, pude perceber a complexidade e os entraves que estavam por trás da vida dos estrangeiros em cumprimento de pena no Brasil. Isso ocorre porque o estrangeiro deve cumprir as mesmas condições impostas aos demais egressos do sistema prisional para a progressão de regime e ingresso no

⁷ As condicionalidades estão previstas no artigo 115 da Lei de Execução Penal: “O juiz poderá estabelecer condições especiais para a concessão do regime aberto, sem prejuízo das seguintes condições gerais e obrigatórias: I – Permanecer no local que for designado durante o período de repouso e nos dias de folga; II – sair para o trabalho e retornar, nos horários fixados; III – Não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial; IV – Comparecer a Juízo, para informar e justificar suas atividades, quando for determinado.”



regime aberto, dentre as quais está o previsto no artigo 114 da Lei de Execução Penal, que coloca como condição para a progressão aquele que estiver trabalhando ou que comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente.

Deu um nó na minha cabeça, só de pensar em tantas questões apresentadas pelo Ajani.

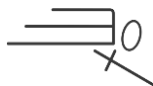
– Nossa! Por onde começar?

Eu nunca tinha imaginado uma situação como essa. Tentei resgatar algum momento de estudos dessa temática, e lembrei-me da Faculdade, contudo logo recordei que a Lei de Execução Penal sequer faz parte do conteúdo programático das disciplinas estudadas, muito menos as complexidades e especificidades que aquele caso apresentava e batia à minha porta.

Respirei fundo e lembrei que o meu trabalho era aquele, ir além dos que os códigos e manuais ensinavam. Tinha um Vade mecum sobre a minha mesa, mas ele era muito pouco utilizado nos meus atendimentos, pois as respostas que precisava para dar aos casos, muitos às vezes, não estavam nele. Era preciso muita imaginação e criatividade, ingredientes imprescindíveis para o meu trabalho!

Ajani percebeu o meu olhar de preocupação, e trouxe logo objetividade às suas demandas:

– Dra. Maria Rita, eu a procurei hoje, pois gostaria muito que me auxiliasse a encontrar um local para acolher meus companheiros que estão prestes a progredir para o regime aberto. Alguns conseguiram arranjar namorada ou companheira e moram com elas. Tem um lá em casa, outro está cumprindo toda a pena no regime fechado, outro está morando em um Abrigo da

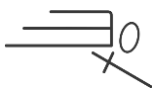


Prefeitura e outros não têm para onde ir. Tem um que morreu na prisão e foi enterrado como indigente.

Perguntei-lhe o que havia sido feito e o que havia acontecido, mas fui me dando conta de que havia oceanos que separavam essas pessoas de sua família, de sua cultura e de seu país. Havia, na verdade, certa forma de abandono dessas pessoas. Se o Brasil não dava conta de dar o tratamento necessário aos presos nativos, o que poderia fazer dos presos estrangeiros?

Naquele momento, havia em mim um sentimento misto de surpresa e revolta. Fiquei pensando como o universo que estava diante de mim era tão esquecido e negligenciado. Uma lágrima fugiu dos meus olhos e correu pelo meu rosto quando imaginei uma pessoa morta pelo abandono e pelo desespero por não ter para onde ir, com o agravante de ser em um país totalmente novo e desconhecido. Tenho que confessar que, na minha atividade profissional, era muito difícil manter a imparcialidade e não deixar o ser humano aflorar e se emocionar. Isso porque, por trás dos diplomas e do título de “doutores”, existe um ser humano, que sente e que pulsa.

Liguei o computador para promover algumas pesquisas e buscar alguns contatos para tentar auxiliá-lo nessa questão. Gostava de fazer algumas pesquisas prévias para repassar aos clientes. Não gostava que as pessoas que me procuravam saíssem sem o mínimo de esperança na solução do seu caso. Eles já se deparavam com tantas negativas sociais, que eu não podia representar o fim da linha. Eu teria que tentar. Embora tenha que admitir que, em muitos momentos, sobretudo em razão do descaso de algumas situações perante a sociedade e dos poderes

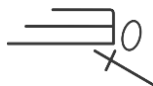


públicos, não era possível trazer o menor lenitivo à vida dessas pessoas.

Com relação à condicionalidade do trabalho, identifiquei a Resolução nº 110 do Conselho Nacional de Imigração (Regulamentada pela Portaria nº 6 de 2015 do SNJ), que informava acerca da possibilidade de estrangeiro obter um documento que o habilitasse a pleitear trabalho remunerado, até a sua efetiva expulsão. Mas, ao ler essa resolução, fiquei pensando quem iria contratar um estrangeiro, principalmente um ex-presidiário. Garantir a retirada de um documento era muito pouco se não fosse acompanhada de Políticas Públicas ou ações que pudessem facilitar sua inclusão no mercado de trabalho.

Li também que esse documento não poderia ser substituído pelo definitivo, pois estrangeiro seria expulso mais cedo ou mais tarde. Estou falando de expulsão, pois o artigo 65 da Lei 6.815 de 1980 destaca que: “é passível a expulsão de estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses sociais”. Nesse sentido, está enquadrado o tráfico de drogas. Encontrei até um decreto próprio que regulamenta essa questão: “Decreto nº 98.961 de 15 de janeiro de 1990 – Dispõe sobre a expulsão de estrangeiro condenado por tráfico de entorpecentes e drogas afins”.

Verifiquei que o órgão competente em que esses pedidos tramitam é a Secretaria Nacional de Justiça, via Ministério da Justiça, sendo que o pedido pode ser efetuado junto à Polícia Federal. Li que, quando do registro, o estrangeiro terá o seu



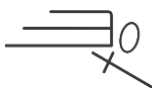
Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) cadastrado em um sistema, ocasião em que será entregue a ele um protocolo e uma cópia da tela do SINCRE, Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiro, com seus dados e número de registro e, posteriormente, confeccionada a sua carteira.

Na medida em que pesquisava, conversava com Ajani sobre os possíveis encaminhamentos e traduzia para ele tudo o que estava escrito nos diplomas legais. Gostava de proceder dessa forma nos meus atendimentos, pois quem faz parte desse processo deve ter acesso às informações e compreender o que se passa, pois estamos lidando com a sua vida. Acho incoerente tratá-los como mero objeto da Justiça. Eles precisam participar ativamente no processo.

Depois disso, pensei em ligar para a rede de Assistência Social do município para me informar se haveria algum local que pudesse acolher essas pessoas e permitir-lhes ficar ali até finalizar o cumprimento de pena no Brasil.

Fiz novas pesquisas e identifiquei que existem alguns tratados entre o Brasil e vários países (tratados bilaterais e multilaterais) para que o cidadão possa cumprir sua pena em seu país de origem, como por exemplo: Convenção Interamericana sobre o cumprimento de sentenças penais no exterior. Contudo, não havia nenhum tratado entre Brasil e Nigéria, e eles teriam que finalizar o cumprimento de pena no Brasil.

Então, liguei para os serviços e redes de Assistência Social de Belo Horizonte, para a Coordenadoria do Sistema Prisional, para a Defensoria Pública e para o Consulado. Com isso, constatei que não havia local para acolher essas pessoas em Belo

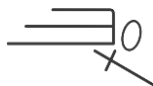


Horizonte. Todos se mostravam muito solícitos, mas não havia algo concreto que pudesse ser feito em prol desses estrangeiros.

Ajani me olhava atentamente e com muita intensidade, parecia que ele precisava ouvir ou sentir algo que representasse uma luz no fim do túnel. Ele também continuou observando cada móvel da sala, nenhum detalhe escapava ao seu olhar. Eu procurava manter a calma, ou pelo menos manter a impressão de que estava, embora não conseguisse esconder a minha decepção em cada negativa às minhas ligações telefônicas. Muitos falavam da necessidade de mudança da lei e da criação de uma lei, contudo, eu estava falando de vidas, as quais não poderiam esperar por esse constructo legislativo para resolver os seus problemas imediatos.

Ao lançar a palavra “local de permanência para estrangeiro egresso do sistema prisional” no Google encontrei um documento da Comissão Especial dos Direitos dos estrangeiros e presos e egressos. Ao ler o documento, vi que estava descrito que o objetivo daquela cartilha era oferecer orientação básica sobre os direitos e deveres dos cidadãos estrangeiros presos, indicar a legislação sobre o tema, bem como informar sobre políticas de reinserção social disponíveis no Estado de São Paulo, tais como, albergues públicos para acolhida de cidadãos egressos e endereços dos consulados localizados no Estado de São Paulo para apoio aos cidadãos. Li o documento e fiquei encantada. Se as vidas das pessoas fossem resolvidas com aquela cartilha, ou se tudo que estava escrito ali fosse cumprido, seria uma maravilha.

Vi que no Estado de São Paulo havia um local desse para acolher estrangeiros, contudo, em Belo Horizonte, não havia um

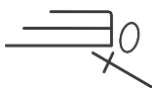


equipamento apropriado para essa permanência. Nesse sentido, tentei promover articulações com os Albergues municipais para que pudéssemos pensar em uma alternativa. Fizemos alguns combinados. Além disso, eles ficaram de conversar com seus gestores acerca daquela situação e pensarmos em algumas saídas conjuntamente. Naquele momento, senti-me amparada, pois não poderia segurar aquele peso em minhas costas, precisava de um parceiro, também precisava ter a minha luz no fim do túnel.

Após muitas horas de pesquisas e contatos telefônicos, enquanto conversava com Ajani, percebi que estava exausta. É muita energia desprendida. Já haviam se passado muitas horas e era mais de meio dia. O aroma vindo dos restaurantes já penetrava pela janela e senti um vazio enorme no meu estômago. Só nesse momento me dei conta de que havia tomado somente o café da manhã e que não havia feito o lanche da manhã, tão recomendado pelos nutricionistas para manter uma alimentação saudável. E eu havia quebrado essa regra mais uma vez. Mas, naquele momento, era outra fome que eu queria saciar. Acho muito oportuna a música “Comida” dos Titãs, pois ela revela como aquelas pessoas tinham fome de tantas coisas. Se pudesse escrever algo, certamente conseguiria preencher muitos refrãos dessa música com as diversas fomes que já passaram por meu escritório.

Ajani também olhou para o relógio. Embora estivesse muito concentrado, ele também já dava sinais de cansaço. E eis que ele tira da cartola mais um coelho:

– Dra. Maria Rita, precisamos agendar outro horário. Minha companheira vai sair para trabalhar e eu tenho que levar meu filho para a creche!

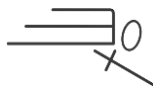


Um filho. Eis uma nova informação. É incrível a complexidade das relações humanas, pois quando você acha que todas as variáveis do caso foram analisadas, eis que surge uma nova complexidade: expulsão do estrangeiro versus família no Brasil. Mas, concordei que ficássemos por ali, minha cabeça não daria conta de novas informações.

Agendamos um próximo atendimento e saímos da sala. Acompanhei-o até o elevador e ele ficou de trazer alguns documentos do seu processo no próximo atendimento. Fiquei de providenciar a procuração. Ele sorriu e parecia querer me dar um abraço. Fez alguns movimentos, contudo se conteve. Ficou um pouco tímido. Vi, entretanto, que seus olhos brilhavam. Nós nos despedimos e eu lhe disse que tinha sido um prazer conhecê-lo e que o aguardava no próximo atendimento.

Em seguida, peguei a minha carteira na bolsa e saí para almoçar no restaurante ao lado do escritório. Naquele momento, voltei ao normal e lembrei que havia combinado de almoçar com minha amiga.

Ela já me aguardava na mesa de sempre e com um grande sorriso. Anita era uma moça dócil e muito acolhedora. Sempre que a encontrava, ela esboçava um grande sorriso e me abraçava. Seu abraço, em muitos momentos, era fundamental para a minha vida, pois parecia esvaziar todas as minhas angústias e me sentia leve. É muito bom ter uma amiga psicóloga. Eu adorava conversar com ela. As nossas conversas eram sempre muito divertidas e regadas a reflexões sobre as complexidades da vida. Ela sempre me ajudava a refletir sobre os casos. A Psicologia é uma grande aliada do Direito. Não é à toa que nos tornamos grande amigas e aliadas.



Anita trabalhava no Programa de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Nós nos conhecemos no período da Faculdade, quando atuamos como estagiárias no Programa Polos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais e nunca mais nos separamos. Ela sempre esteve presente em todos os momentos importantes da minha vida, no meu casamento, na minha defesa da dissertação de mestrado, nos momentos alegres e tristes.

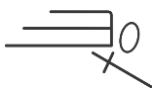
Quanto ao Polos, ele foi o “divisor de águas” na minha vida, pois me conduziu por esse caminho e afetou completamente a minha carreira. Sempre lembrava dos tempos felizes no Polos, onde as reuniões eram regadas a uma boa música produzida pelo nosso coordenador e compositor Dudu Nicácio e com o aprendizado infinito da nossa querida Coordenadora Miracy Barbosa de Souza Gustin.

Comentei com Anita que havia atendido um estrangeiro naquela manhã, e ela disse que havia participado de uma reunião na semana passada com a Prefeitura para discutir sobre Imigração, dentre eles os casos dos haitianos trabalhando em Belo Horizonte. Ela foi muito precisa em seu comentário:

– Maria Rita, acredito que vivemos o mesmo processo dos navios negreiros vindo para o Brasil, porque a história muda, mas os fatos se repetem!

Fiquei pensando no que ela disse e logo mudamos de assunto e nos rendemos a conversas diversas.

Almoçamos e voltei correndo para o escritório. Tinha um atendimento agendado para as 13 horas. Enquanto o elevador subia, voltei a me lembrar do atendimento com Ajani e como tinha sido bom conhecê-lo. A nossa conversa tinha sido uma

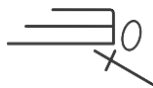


ótima experiência e representou importantes momentos de aprendizado para mim. Ficava pensando em seu nome, tentando decifrar o que poderia significar Ajani. Era um nome diferente e deveria ter um significado.

Ao chegar à minha sala, fui correndo abrir o facebook, que sempre traz algumas ideias sobre os significados dos nomes. Tive a curiosidade de entender a relação daquele nome com a pessoa que atendera. Era como pudesse aprofundar a minha busca pela essência daquele homem. Fiz uma pesquisa no Google, que sempre é um grande aliado, e percebi que “Ajani” era um nome nigeriano e significava “O que luta pela posse de algo”. Eu tentei imaginar o que esse homem buscava em sua cidade, e o que o levou a aceitar aquele arriscado trabalho de trazer a droga para o Brasil. Não sabia muito sobre o seu passado, contudo percebia, naquele momento, que ele lutava pelo reconhecimento dos seus direitos visando ao exercício de sua cidadania.

AJANI

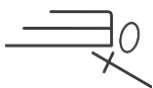
Despedi-me da Dra. Maria Rita com um aperto de mão, mas, na verdade, tive vontade de abraçá-la. No meu país, ao contrário da agressividade que a TV retrata, crianças, homens e mulheres com o facão na mão nas guerras civis, as pessoas são muito amorosas e o abraço é uma das manifestações de carinho e de intimidade. Fiquei muito grato pela forma como ela me recebeu e quis agradecer a ela. Olhei para os seus olhos castanhos com traços verdes e a envolvi no meu abraço em pensamentos. Imaginei que ela ficaria um pouco sem graça e com as bochechas



rosadas. Mas, olhando novamente para os seus olhos, senti que ela também tinha vontade de me abraçar, mas se conteve, pois não podia demonstrar tanta intimidade, afinal de contas, eu era um forasteiro no seu país. Apesar de saber que, para muitos, eu sou considerado um forasteiro, sentia que havia muito de mim no povo desta nação, e que, por isso, não me sentia um estranho no ninho.

Desci de elevador enquanto lembrava a nossa conversa. Gostei muito de conhecê-la. Ela era uma moça bonita, sua pele era branca como a neve; sua boca era grande e carnuda, e ganhava mais realce pelo batom vermelho que usava; as suas bochechas eram bem rosadas, os seus cabelos castanhos eram bem longos, os seus brincos eram grandes, e ficava bem no terninho rosa que vestia. Percebi que ela também gostava de cores e que a sua alma parecia querer entrar o meu universo. Eu olhei detalhadamente tudo que a cercava. No porta-retrato, percebi a foto de sua família, o qual destacava o seu marido e a sua filhinha que tinham a nossa pele, era o nosso povo. Olhei tudo ao seu redor, pois queria compreender o seu mundo e perceber a interseção das nossas vidas e onde elas se cruzariam.

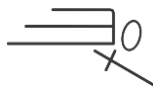
Eu sempre penso nos registros do livro de história do meu filho, o qual retrata os negros africanos que vieram para o Brasil como escravos, permanecendo assim durante alguns séculos. Essa história, muitas vezes, se limita a registros que não destacam a riqueza que o nosso povo trouxe para este país. Quando minha esposa ajuda meu filho no dever da escola, eu me assento do seu lado e faço questão de contar a história de meus ancestrais e do meu país de origem. Tenho muita vontade de levar meu filho ao meu país, pois quero que ele entenda que ele



tem uma parte do seu coração que bate aqui no Brasil e outra na Nigéria. O sangue que corre em suas veias, o coração que pulsa e dá vida ao seu corpo é a interação dessas duas nacionalidades. Eu quero que ele valorize e entenda esses registros.

Lembre-me mais uma vez da Dra. Maria Rita e como ela parecia tão interessada na minha vida e na minha história. Parecia que ela queria adentrar no meu mundo. Senti-me importante e valorizado, e não hesitei em abrir a minha vida para ela. A cada história e fato narrados, ela arregalava ainda mais os seus olhinhos e dava um sorrisão. Era muito bom saber que tinha alguém interessado em minha história, na qual havia muito mais que uma África que os telejornais mostravam. Em nossa história e de nossa terra não havia apenas miséria, pobreza e guerra civil; antes, era um continente com diversos tons e cores, regado de muito carinho, amor e devoção pelos nossos ancestrais.

Ando pelas ruas e custo a me movimentar no meio da multidão. Sinto a vibração do povo brasileiro e percebo como eles estão em busca de um país melhor para viver. Eu queria ficar observando um pouco mais, mas tinha que acelerar o passo e levar meu rapazinho para a creche.





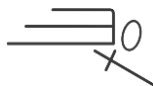
CAPÍTULO II – O HOMEM INVISÍVEL

JOSÉ

Depois de uma longa e fria noite, o dia finalmente clareou. Eu estava com muita fome. Sentei-me no canto de uma calçada onde esperava conseguir alguns trocados para comer alguma coisa. Uma fraqueza tão grande tomara conta de mim, que mal conseguia pronunciar algumas palavras. As pessoas passavam e nem me olhavam. Às vezes, sentia-me como se tivesse super poderes e conseguisse desaparecer, ficando invisível às pessoas. Eu me sentia como se não tivesse nome, como se nem fosse gente. Parece loucura o que vou dizer, mas às vezes sinto falta da prisão, lá, pelo menos, tinha um IFOPEN.

Lembro-me até hoje do momento em que fui preso. Eu me senti uma estrela. Eu havia me tornado perceptível aos olhos da multidão e das manchetes. Mas, apesar de algumas recordações desse momento da minha vida, eu gosto de viver nas ruas. Ao contrário do que muitos pensam, existe vida nas ruas. Muitas pessoas estão na rua por opção, outros por não ter para onde ir, não ter um lar, uma família; outros porque não querem retornar para a vida que tinham, são tantas as histórias e muitas as razões.

Eu não me arrependo de ter saído de casa. Foi como se eu tivesse rompido com o passado. Queria apagar a minha história e sair livre pelo mundo. Senti-me como quebrando as amarras.



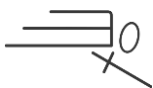
Após a minha mulher me trair, eu não conseguiria mais viver no mesmo lugar. Depois de tantos anos de casamento, descobri que minha mulher tinha um amante, e ela jogou na minha cara que os meus filhos, de fato, não eram meus. Eu fui vítima de um teatro a vida inteira, para não dizer um palhaço em um circo da vida. Toda a história que construí e que pensava tê-la redigido no livro da vida, escapava-me das mãos.

Saí de casa com a roupa do corpo, com o coração sangrando enquanto via o mundo ruindo sob os meus pés. As primeiras noites foram horríveis, difíceis. Eu vivia um misto de emoções: medo e paz.

Com o tempo fui aprendendo a viver nas ruas. É preciso ter muita ousadia e criatividade para sobreviver. Na rua a gente vê de tudo e tem que se acostumar com tudo. Nós, os da rua, nos sentimos, muitas vezes, dejetos da sociedade. Indesejáveis. Mas, ao lado desse desprezo, havia aqueles que nos acolhiam, como o pessoal da Pastoral da Rua. Eles nos davam sopa na Praça da Rodoviária, e os obreiros de Jesus vinham nos falar a palavra de Deus.

Eu gostava muito de ouvir as pregações. Era alimento para a minha alma. Naqueles momentos, eu tinha certeza de que Jesus estava me chamando pelo nome e que Ele tinha alguma coisa especial para a minha vida, mesmo que eu não soubesse ainda qual era.

Recebi algumas moedas miúdas. Levantei-me e fui a uma lanchonete comprar alguma coisa. Eu sabia muito bem que não podia entrar. Como sempre, os funcionários faziam cara feia quando me viam. Eu me acostumei a isso. Eu tinha que entregar o dinheiro para a moça no balcão que se estendia até a porta da



lanchonete, e ale mesmo ela me entregava o lanche. Comi o salgado a pedacinhos miúdos, era para durar mais, como se eu pudesse prolongar os efeitos daquela comida no meu corpo. Depois, levantei-me e atravessei a rua.

Aproveitei que estava no centro e resolvi ir ao escritório de uma advogada que conhecera no Fórum. Nesse dia, eu estava aguardando uma audiência e, coincidentemente, sentei-me ao lado dela que, diferentemente dos outros, parecia não se importar com o meu cheiro de rua. Conversamos durante muito tempo e ela disse que iria acompanhar o meu processo.

MARIA RITA

O telefone tocou. Era da portaria.

– Bom dia, doutora! Tem um mendigo aqui na portaria dizendo que é seu cliente. Ele pode subir?

– O senhor sabe o nome dele?

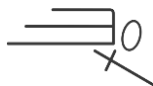
– É um tal de José.

– Sim, é meu cliente. Pode deixá-lo subir!

O José sempre enfrentava a mesma situação. Paciência, os porteiros são treinados para isso, também.

A campainha tocou o seu leve e musicalizado dim-dom. Minimizei a petição que estava redigindo. Mesmo que tivesse de sair em pouco tempo para uma audiência, tinha que falar com José. Ele sempre passava no escritório para ter notícias do seu processo.

Abri a porta e pedi-lhe para entrar. Ele entrou e foi direto para minha sala. Lá ele se sentia a vontade.



– Bom dia, Dra. Maria Rita. Aproveitei que estava aqui pertinho e passei para saber como anda o meu processo. Da última vez que a senhora olhou, disse que estava num tal de Conselho Penitenciário!

– Que tal um cafezinho, primeiro? – Disse-lhe sorrindo, quebrando um pouco de sua ansiedade.

– Obrigado! – Respondeu, também com um sorriso.

– Tem pão de queijo!

– Não senhora, só o café. Eu já comi agora mesmo!

Enquanto tomávamos o café, acessei, via internet, a página do Tribunal de Justiça.

– Como você está, Jose? – Perguntei-lhe, enquanto corria os olhos pela página.

– Bem... a gente vai vivendo, um dia de cada vez.

Ele não conseguia esconder a ansiedade, e nem tentava fazê-lo.

– Parece que tem coisa boa, José!

Ele sorriu arregalando os olhos.

– O seu processo foi devolvido para a Secretaria do Tribunal de Justiça com julgamento favorável do Conselho Penitenciário ao seu pedido de indulto da pena; ou seja, sua pena foi perdoada e você não deve mais nada à justiça!

José estampou um sorriso ainda maior exultando dentro de si. Ele não se conteve e me abraçou, com força e satisfação.

– Obrigado, meu Deus! Obrigado, Dra Maria Rita! – seus olhos brilhavam radiantes – Eu estou feliz. Há tanto tempo espero isso. Agora eu posso me mudar daqui, ir para o litoral e reconstruir a minha vida!

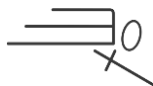


José sempre me dizia que seu sonho era que a sua pena acabasse para que ele pudesse morar no litoral. Ele dizia que sentia vontade de vender coco à beira da praia e se banhar na água do mar todos os dias. Ele acreditava que esse ritual diário poderia trazer-lhe a vida de volta.

Eu também estava muito feliz. Era muito bom ver um cliente conquistando a liberdade. Ele fez um movimento, como se estivesse retirando as correntes do seu corpo, mas, no fundo do seu olhar, havia uma tristeza, pois no fundo ele sabia que após a passagem pela prisão ele não conseguiria ser visto da mesma forma pelas pessoas, de alguma maneira, ele viveria em uma prisão eterna.

– Muito bem, José! Eu preciso ir ao Fórum daqui a pouco, mas ainda hoje vou passar na Secretaria para ver se está tudo certinho mesmo, e pego uma cópia da decisão para você. Vou ver, também, o que mais preciso fazer para dar baixa no seu processo. Passe aqui no escritório depois de amanhã. Acho que até lá conseguimos deixar tudo resolvido!

Mais uma vez ele sorriu e foi-se embora.





CAPÍTULO III – MATAR E MORRER

CARLOS

Eu estava assentado em frente à janela, de onde podia observar o movimento da rua. As pessoas estavam agitadas, e havia muito barulho lá fora. A agitação não me contagiava e não sentia vontade de fazer nada. De fato, eu não estava vivendo mais. A vida havia sido tirada de mim. Agora, as minhas companhias eram a minha consciência, os meus pensamentos e o meu desejo de vingança. Eu queria terminar o que havia começado. Restava apenas saber como iria fazê-lo.

Há dias eu não tomava banho e nem comia. Ficava apenas trancado no meu quarto. Às vezes eu fazia algumas anotações na tentativa de traçar algum plano. Pensava e revirava na cama. Eu tinha que terminar aquilo. Quem sabe isso poderia me trazer alguma paz e acabar com essa dor que parecia explodir dentro do meu peito.

Maria bateu à porta.

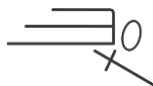
– Você já se levantou? Venha tomar café logo. Você não pode se atrasar. Olha o horário com a advogada!

Saí do quarto e assentei-me à mesa. Ela estava na pia lavando o amontoado de vasilhas.

– Por que não ligou para mim? Essa casa está tão suja. Você está bem?

Olhei para ela, mas não respondi.

Ela parou de lavar as louças e tirou a garrafa de café da cafeteira elétrica e me serviu em um copo. Em seguida, colocou ovos mexidos e um misto no prato.



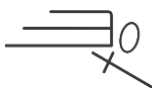
– Coma tudo. Você precisa comer, senão vai ficar doente!
Tomei o café e me levantei.

– Tome um banho antes de sair, vai te fazer bem!
Eu não dei atenção ao que ela disse. Abri a porta e saí.

MARIA RITA

Era uma sexta-feira de manhã ensolarada. As luzes do dia se irradiavam por todos os lados. O sol parecia querer nos abraçar para que os seus raios de luz penetrassem em nossa pele, injetando energia em nós. Os feixes de luz entravam pela janela do escritório, contudo a cortina entreaberta deixava apenas alguns poucos raios passarem. Enquanto isso, na parte sem iluminação do escritório, a melancolia que fazia parte da minha alma se contrastava com o foco de iluminação. Eu estava assentada na minha velha poltrona tomando um café e fumando um cigarro, enquanto viajava em pensamentos. Eu aguardava o meu primeiro cliente do dia. Como eu gostava daquela poltrona, uma poltrona marrom, em tecido camurça que tinha ganhado de presente do meu pai quando me formei e estava mobiliando o escritório. Havia uma almofada bem grande e confortável na qual me reclinava e me proporcionava momentos de relaxamento e prazer. Ao me assentar naquela poltrona, parecia que o peso dos problemas diários desaparecia. No meu escritório, meus pais tinham me presenteado com o que mais gostava: meu pai, a velha e confortável poltrona, e minha mãe, a radiola.

Era véspera de natal. Sempre essa época me remetia a um estágio nostálgico e de melancólico. Pena que nesse momento tão especial, perdemos tanto tempo comprando coisas e nos



esquecemos do principal, a fraternidade social. Na maioria das festas de natal, tudo está pronto e no lugar certo, menos o convidado principal e a sua mensagem de amor ao próximo. É uma noite em que as pessoas se regalam fartamente com boa comida e bebida, mas negligenciamos a simbologia do momento com atitudes incoerentes com a confraternização universal.

Eu estava fazendo uma avaliação do ano que se passara. Tive muito aprendizado e experiências únicas! Vivi um ano intenso. Quantas pessoas entraram pela porta do escritório! Quantas histórias de vida regadas a tristezas e sofrimento humano. Tudo isso daria até para escrever um livro. Eu pensei nas motivações que me levaram a escolher essa área para trabalhar. Eu lidava com as pessoas que não existiam para a sociedade e representam o lixo social para muitos. Todas as vezes que conhecia alguém e me perguntavam em qual área da advocacia trabalhava, era sempre um motivo de espanto.

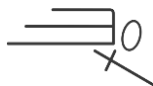
– Em que área do Direito você trabalha?

– Execução penal!

– Nossa! – dizia com cara de espanto. – Deve ser difícil não? Você não tem medo?

As pessoas falavam como se o crime e violação da norma social estivessem distante da sua realidade. Lembro-me de um programa de rádio onde fui dar uma entrevista, e na mensagem final falei justamente sobre isso:

– Ninguém está isento de cometer um crime. Devemos ter cuidado com os nossos julgamentos, - advertia – pois qualquer um de nós pode cometer um crime em uma situação adversa. Isso sem contar os crimes que cometidos diariamente que passavam despercebidos.



Mas, respondendo aos meus próprios questionamentos, tenho certeza de que, se tivesse feito outra opção profissional, eu não seria eu. Acredito que a vida deva ser pautada em um projeto de sentidos e eu sentia que estava buscando e encontrando o meu diariamente naqueles atendimentos...

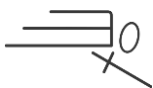
A campainha tocou, e o som me conectou novamente com a vida. Levantei rapidamente, guardei a xícara na cozinha e apaguei o cigarro. Recolhi o cinzeiro e o jornal que estavam em cima da mesa. Peguei uma bala de hortelã na minha gaveta, joguei um bom ar na sala e abri a porta. E lá estava ele, Carlos. A primeira coisa que me chamou atenção quando o conheci foram os seus olhos, tão negros e sem luz. Parecia tão triste e sem energia vital. Parecia que ele estava tão fechado em seu mundo que nem os raios solares daquele dia conseguiam penetrar em seu ser.

– A senhora é a Dra Maria Rita? - Perguntou com muita dificuldade.

Quase não ouvi o que ele falou. Ele falava tão baixinho que tive a impressão de que ele, de fato, não queria esse contato. Com muito esforço consegui entender que ele estava perguntando se eu era a Maria Rita.

– Sim! Bom dia Carlos, eu sou a Maria Rita. Entre e vamos para a minha sala. Fique à vontade!

Carlos era um homem alto, muito magro e de olhos sem brilho. Seus cabelos eram lisos e grisalhos. Aparentava ter uns setenta anos. Ele andava tão cabisbaixo que a sua coluna era curvada. Ele não conseguia olhar diretamente nos meus olhos. Tenso, como estava, assentou-se na beirada da poltrona. Isso me fez perceber que ele tinha dificuldade de se entregar até para se



assentar. A sua roupa estava suja e exalava um odor desagradável. Parecia que ele não tomava banho há dias. É difícil admitir isso, mas ele estava um verdadeiro trapo humano. Os dias foram maus e com ele, ou, talvez, ele tivesse sido cruel consigo mesmo.

Eu fiquei com muita compaixão daquela criatura que parecia estar se definhando. Era visível que o sofrimento fazia parte do seu ser, como um companheiro simbiótico.

– Você quer tomar um café ou uma água?

– Não, obrigado!

– Pode aceitar. Eu sempre ofereço água e café às pessoas que vêm aqui!

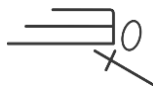
– Não, obrigado. Eu estou bem assim! – Disse com os olhos voltados para o chão e balançando a cabeça.

A partir desse momento ele vomitou o seu mundo, e pude ouvir a sua voz:

– O que eu fiz não tem perdão! Eu nunca vou me perdoar! Eu mereço morrer, - dizia com sofrimento e amargura. Parecia viver em um verdadeiro inferno astral!

– Dra. Maria Rita, eu vim aqui hoje pedir à senhora para avaliar a possibilidade de solicitar o meu indulto, comutação, remição ou qualquer coisa assim. Mas, pensando melhor, eu não mereço a redução da minha pena e, tampouco, o perdão dela! Eu mereço cumprir essa pena até o fim, pois ela é pouco pelo que fiz. Eu matei a pessoa que mais amava na vida. Eu quero é morrer!

Eu tentava acalmá-lo ou acolhê-lo, contudo ele parecia irredutível a qualquer tipo de gentileza, e não cedia. Ele foi falando e continuou despejando a sua história:



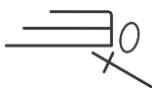
– Eu conheci a Luisa quando tinha 24 anos. Ela tinha 15 anos quando a conheci. Uma moça linda, branca como a neve. A sua pele era tão clara que suas veias saltavam aos olhos. Era possível ver o sangue pulsando e circulando pelo seu corpo. Aquilo me enlouquecia. Ela era loira com os cabelos longos e os olhos castanhos como um mel. A sua boca chegava a ser rosada. Como era linda aquela mulher!

Carlos se derretia quando falava dela, demonstrava muito afeto.

– Meu pai era dono de uma fazenda, - continuou ele, - e ela era filha de uma das nossas empregadas. Logo que a conheci, me apaixonei. Eu estava visitando meus pais, logo depois que conclui os estudos. Quando ela apareceu na mesa para me servir o jantar, naquela mesma noite, ficamos nos olhando o tempo todo. Sua bochecha estava tão rosada que eu conseguia sentir o calor que transbordava do seu corpo. Conversamos durante dias, marcamos encontro escondidos no cafezal. E logo falei para minha família do desejo de me casar com ela. No início, minha família foi totalmente contra, contudo eu vi que valeria a pena lutar por tudo e contra todos para ter aquela mulher para mim.

À medida que Carlos ia contando, o pranto veio compulsivamente. Fui ao banheiro, busquei um lenço de papel e entreguei-o a ele, que continuou contando a sua história:

– Namoramos por pouco tempo, pois, na minha época, não havia namoros como os dias de hoje. No dia do casamento, ela estava linda usando o vestido branco de noiva. Era a própria pureza em pessoa. Estávamos muito felizes. Seus olhos brilhavam sempre que se cruzavam com os meus. A ansiedade tomava conta do nosso ser, sobretudo pela vida que teríamos dali pela frente.



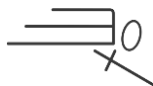
Eu já havia comprado o nosso apartamento e iríamos mudar para Belo Horizonte. Eu havia terminado os estudos em Administração e meu pai pediu que assumisse uma das suas empresas. Nos primeiros anos de casado, parecia que vivíamos em lua de mel todos os dias. Luisa era virgem quando nos casamos, então eu ensinei tudo para ela. Nós nos amávamos completamente, e eu adorava vê-la enlouquecida na cama comigo. Todos os dias quando chegava em casa, lá estava ela, sempre me esperando. Eu queria levá-la para cama o tempo todo, ela era minha!

Ao longo da sua narrativa, percebi o quanto era uma relação dual. Carlos, ao mesmo tempo em que demonstrava afeto, evidenciava uma relação de posse. O tempo todo eu identificava, em sua fala, a ênfase dada aos pronomes possessivos. Ele a tratava como um objeto de desejo.

Percebi que as relações amorosas, em alguns momentos, se confundem com relações de consumo, pois tratamos o outro como objeto. Lembrava-me de um livro que havia lido no início do ano: “O encontro amoroso e outros encontros: reflexões sobre amor, liberdade e capitalismo”⁸ em que a autora, Graça Reis, abordou aspectos relacionados ao o amor e ao capitalismo. Acredito que, em alguns casos, confundimos o conceito de amor com o de posse.

Carlos continuava falando:

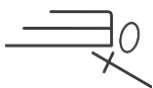
⁸ REIS, Graça. O encontro amoroso e outros encontros: reflexões sobre amor, liberdade e capitalismo. Editora Instituto Felix Guattari.



– Aos dois anos de relacionamento, tivemos o nosso primeiro filho, João. E, aos quatro anos, o nosso segundo filho, Marcos. Com o nascimento dos nossos filhos, a nossa vida havia se completado. Ela era uma ótima mãe. Era sempre muito dedicada e atenciosa. Era um anjo bom na nossa vida. Contudo, quando os meninos cresceram, eu mandei os meninos estudar nos Estados Unidos. Luisa sofreu muito com isso e não concordava, contudo eu queria que meus filhos tivessem uma educação de qualidade e ela acabou convencida que seria bom para eles. Acontece que com a saída dos nossos filhos de casa, Luisa começou a ficar estranha, disse que precisava fazer algo. Dizia que pretendia fazer um curso. E notei que ela estava sempre infeliz quando eu chegava em casa. Eu fui contra. Não entendia porque ela queria estudar e fazer curso, pois tinha tudo que precisava. Fui contra e não permiti que ela estudasse. Com o passar do tempo a nossa vida começou a ficar ruim, pois ela estava muito triste e ficava chorando pelos cantos. Vendo a minha Luisa daquele jeito, eu acabei cedendo. Permitted que ela estudasse e disse que iria contratar um motorista para levá-la à escola!

– Ela não sabia andar pela cidade? – Perguntei só para manter a linha de contato. Ele precisava saber que eu estava ouvindo tudo o que falava, pois ainda falava olhando para o chão.

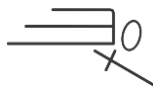
– É que nós éramos muito caseiros e ela não conhecia muito bem a cidade. Portanto, acabei contratando o meu primo José, que morava na fazenda e queria mudar para Belo Horizonte. Disse que ele poderia ser meu motorista e morar na casa dos fundos, lá em casa. Ela começou a fazer o curso de auxiliar de enfermagem. Ela era muito doce e disse que queria cuidar das



pessoas, e também acredito que ela sentia falta dos cuidados dos nossos filhos. Com o tempo, percebi que estudar estava fazendo bem para ela, pois ela estava sempre muito animada. Disse que queria ser médica, mas eu não estava gostando muito da ideia, pois sentia que ela estava se afastando de mim com seu projeto de cuidar das outras pessoas. Os anos se passaram e ela começou a não parar mais em casa. Sempre falava que tinha compromisso com as amigas do curso e que tinha começado a fazer estágio em um hospital. Eu ficava enlouquecido, não gostava de que ela não estivesse em casa quando eu chegava. Ela era minha esposa e eu havia casado para ficar com ela. Com isso, Luisa começou a se afastar de mim. Eu a procurava e ela sempre dizia que tinha que estudar. Fiquei enlouquecido com aquela situação. Tentei fazê-la desistir desse projeto maluco. Disse que sentia muita falta dela. Mas, ela era implacável na decisão!

Enquanto o ouvia, percebia que, de fato, a relação de posse e perda o atormentava.

– Eu comecei a ficar delirante com toda essa situação. Não resisti e comecei a segui-la quando ela saía de casa. No início, não percebi nada de estranho, mas um dia, ao sair da casa, vi que o carro entrou em um motel no centro da cidade. Naquele momento, o meu mundo desmoronou. O filme da minha vida passava em minha mente, como se fosse e voltasse. Eu não poderia acreditar nisso. Minha esposa e meu primo. Aquilo era demais para mim. Não resisti. Esperei o carro sair do Motel e já a esperava armado. Fui em direção de Luisa. Ela me olhou com os olhos assustados e desferi um tiro direto no seu coração. Queria que ela sentisse assim como eu estava me sentindo, com o coração despedaçado. Luisa morreu na hora. Mas, quando fui



atirar naquele canalha, ele saiu correndo e não consegui apanhá-lo. Eu confiava nele. Abri a minha casa para ele e ele roubava o meu maior tesouro. Ele destruiu o nosso lar e a nossa família. Hoje perdi tudo, minha esposa e meus filhos!

Ao falar da cena do crime, o relato de Carlos era um misto de sofrimento e raiva. Ele falava compulsivamente em terminar o serviço. Ele relatou ainda que depois que saiu da prisão procurou José por várias vezes, contudo nunca mais o encontrou. Ele disse que iria continuar procurando e queria matá-lo. Carlos foi condenado há 12 anos, ele cumpriu 07 anos e agora se encontrava em regime de prisão domiciliar.

Na medida em que ele relatava a situação, eu ficava pensando no homicídio cometido contra mulheres. Lembrei-me de uma pesquisa que havia lido outro dia que apontava alguns avanços alcançados com a Lei Maria da Penha, de 2006. Contudo, os relatos demonstravam que, ainda assim, hoje, são contabilizados 4,4 assassinatos a cada 100 mil mulheres, número que coloca o Brasil no 7º lugar no ranking dos países com esse tipo de crime. Eu havia lido essa pesquisa quando preparava uma aula sobre a Lei Maria da Penha, pois, quando falamos de violência contra a mulher, temos o costume de associar esse ato a países regidos pelo Corão. Assim, pensamos, muitas vezes, que tal situação não faz parte do cotidiano brasileiro.

Eu sempre gostei de falar da história da Maria da Penha.

Maria da Penha Maia Fernandes é uma farmacêutica brasileira que lutou para que seu agressor fosse condenado. Em 1983, seu marido, um professor colombiano, tentou matá-la duas vezes. Na primeira tentativa ele atirou contra ela simulando um assalto. Na segunda, tentou eletrocutá-la. Devido a essas

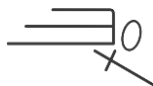


agressões sofridas, Penha ficou paraplégica. Dezenove anos depois, seu agressor foi condenado a oito anos de prisão. O caso ganhou proporção internacional, chegando à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e foi considerado, pela primeira vez na história, um crime de violência doméstica. Hoje, com 70 anos e três filhas, ela é líder do Movimento de Defesa das Mulheres, vítima emblemática da violência doméstica.

Ao recordar a história dessa mulher, fiquei pensando como o Brasil demorou para considerar esse ato um crime peculiar. E mesmo com erradicação dos conceitos de “mulher honesta” do Código Penal e da penalização do adultério, nossa sociedade ainda era impregnada pelo orgulho machista. O machismo sempre esteve presente na sociedade permeando as nossas relações.

Sempre pensei também que, mesmo com as novas legislações, como a Lei Maria da Penha, ainda temos muito o que avançar nesse sentido, e que a lei, por si só, não promove uma mudança social. Ela, sem dúvida representa um passo importante, mas deve vir associada a outras práticas, como benefícios previstos para as mulheres vítimas de violência. Não basta garantir, como medida protetiva, a suspensão do contrato de trabalho se não garantir algum benefício que permita a subsistência dessa mulher por algum tempo.

Carlos continuava falando sem parar, quase descontrolado. Ele enfatizava, com recorrência, que o seu mundo acabara naquele dia. Ao ouvir isso, fiquei pensando como o ato de tirar a vida do outro havia destruído o seu ser. No caso dele, matar foi morrer. Penso que aquele que comete algum crime,



agride o próximo, mas acaba voltando contra si mesmo. Uma das leis mais assertivas sobre isso é terceira Lei de Newton, conhecida como a lei de ação e reação. Ele comprovou que não existe uma ação sem uma reação. Newton postulou um dos pilares da mecânica clássica: para toda interação na forma de um corpo A aplica sobre B, dele A receberá uma força da mesma direção, intensidade em sentido oposto. No caso de troca de forças, é indiferente saber qual corpo realizou a ação e qual realizou a reação, pois as forças sempre estarão aos pares. Quando há uma ação sendo realizada, sempre haverá uma reação. Isso é o equivalente dizer que não existe uma ação sem reação. Penso que nesses crimes passionais, o crime motivado pela paixão, há a materialização das leis de Newton na vida humana, pois está associada a pessoas que um dia tiveram um bom relacionamento e que culminou na morte.

Por um momento, Carlos parou de falar e fez uma pausa, como se olhasse para si mesmo.

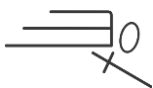
– Preciso ir embora! – Disse rompendo abruptamente o silêncio.

– Espera um pouco, Carlos. Vamos analisar a sua petição. Não falamos nada sobre isso. Além do mais, você precisa assinar a procuração!

– Eu ligo depois e nós agendamos para outro momento!

Ao falar, levantou-se da mesa com determinação, abriu a porta e foi embora. Nem tive oportunidade de me despedir dele.

Atendi vários outros clientes até o final do dia, mas não conseguia parar de pensar no Carlos. Eu não deveria fazer isso comigo mesma, pois precisava manter o necessário



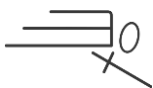
distanciamento profissional. Entretanto, confesso que não estava conseguindo, e isso estava me fazendo mal.

Eu estava novamente sentada na minha velha poltrona e ouvia um dos meus vinis preferidos, Elis Regina. Acho que a música é uma ótima terapia para a vida, e que, muitas vezes, nos permitia entrar em contato com o nosso mundo interior, um mundo, muitas vezes, intocável pela razão. Ouvia a música Modinha, essa música parecia tocar a nossa alma:

Não! Não pode mais meu coração, viver assim dilacerado, escravizado a uma ilusão que é só desilusão. Não, não seja a vida sempre assim, como um luar desesperado. A derramar melancolia em mim, poesia em mim, vai triste canção segue o meu peito e semeia a emoção que mora dentro do meu coração.

Ouvia a música e pensava muito no sofrimento do Carlos. Tenho total consciência da gravidade dos crimes contra as mulheres e do homicídio, entretanto ele estava pagando a pena da pior forma que o ser humano poderia pagar pelo que fez, pois no dia que matou a esposa, Carlos matou a si mesmo.

No ano seguinte, realizei alguns atendimentos a Carlos. Vi que ele sentia necessidade de ter alguém para conversar. Ele sempre pagava uma consulta jurídica, mas, na verdade, queria apenas ser ouvido. Ele tinha necessidade de esvaziar-se da angústia que o sufocava. Imagino que ele me achava com cara de psicanalista ou psicóloga. Eu quase sugeri a ele que procurasse uma psicóloga, mas não o fiz para não parecer que queria ver-me livre dele. Por muito tempo eu ficava pensando se o meu papel era esse, pois não tinha uma formação em psicologia, contudo eu acreditava que esse tipo de atendimento perpassava pela minha atividade. Carlos, na realidade, não se sentia digno de reivindicar



os direitos que a lei lhe permitia, era mais forma de se punir pelo que fez.

Depois de muito tempo, consegui trabalhar essa questão com ele e fiz a petição, contudo, no dia em que fui protocolar o pedido no Fórum, ele me esperava na porta e não permitiu que protocolasse a petição. Ele chorava e disse que não merecia aquilo. Fiquei muito comovida com o ocorrido. Depois disso, ele não retornou mais ao meu escritório. Meses depois, recebi um telefonema de sua irmã. Ela me disse que Carlos havia se matado. É lamentável pensar assim, mas Carlos já estava morto há muito tempo, talvez, desde o dia em que matou sua mulher.



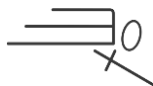
CAPÍTULO IV – SANGUE DO MEU SANGUE

ANGÉLICA

O dia estava já estava nascendo e eu ainda revirava na cama. Não dormi nada. Passei a noite em claro contando cada minuto. Como é ruim não ter paz mental. Estou vivendo o inferno na terra, por isso não preciso do julgamento da terra ou dos céus, pois o pior julgamento é o da própria consciência. Apesar disso, em um ato de desespero, vou ao culto todos os dias. No meu íntimo, todos os dias; peço perdão a Deus para me redimir do meu pecado e peço perdão também para o meu filho, embora, dentro de mim, eu tenha certeza de que não há perdão para o que eu fiz.

Eu não conseguia me perdoar. Pensava como meus pais me batizaram com um nome tão bonito. Quando criança, um padre disse para minha mãe que o nome Angélica significava pura como um anjo, que se assemelha aos anjos ou mensageira de Deus. Mas, hoje, quando me perguntam o meu nome, mal consigo pronunciar.

Era a hora de levantar. Tinha que preparar o café e levar meus filhos à escola. Chamei um por um. Eles estavam dormindo no chão no nosso quartinho. Eles precisavam se levantar e ir ao banheiro, do lado de fora, para que eu pudesse coar um café e preparar algo comer. Ontem participei de um lanche no final do culto da igreja e pedi os salgadinhos que sobraram para levar para a casa. Conto com as migalhas do Estado e dos outros para



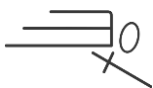
sobreviver. Recebo bolsa família, que dá para comprar o leite das crianças e algumas coisinhas. No mais, faço alguns bicos, uma faxina, varro o quintal das pessoas, ganho um dinheiro.

Antes de ser presa, eu trabalhava como doméstica e babá, contudo hoje não consigo mais trabalhar nessa área. Ninguém quer abrir a sua casa para uma ex-presidiária, principalmente alguém que cometeu um crime tão bárbaro.

Todos os dias, no caminho para a escola, eu ficava revivendo a cena na minha cabeça. É como se tudo ao meu fosse estivesse congelado, paralisado. As cenas desse filme passavam em preto e branco ou, às vezes, em cinza. Eu queria tanto acordar e ver que tudo não havia passado de um sonho. Eu não queria pensar nisso, mas sempre, como um martírio, eu era atormentada no purgatório das minhas lembranças.

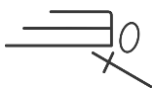
Era sexta-feira e eu estava preparando o jantar. Meu filho chegou em nossa casa meio enlouquecido. Quebrou a porta, me agarrou pelas costas e me jogou no chão. Exigiu que eu lhe desse dinheiro. Pedi-lhe que se acalmasse e tentei contê-lo, mas ele pegou uma cadeira e bateu com ela em minha cabeça. Tentei me levantar, meio tonta, mas ele saiu quebrando o pouco que me restava na casa, porque as outras coisas de maior valor ele já havia vendido tudo.

Aos poucos fui me recompondo e buscando forças para me levantar. Havia um grande corte na minha cabeça, e o sangue se espalhava pelo chão formando uma grande poça. Minha roupa estava molhada e, atônita, eu olhava para o meu corpo cheio de cicatrizes. Eu já não aguentava mais. Aos berros, ele foi quebrando tudo, gritando que, se eu não arrumasse dinheiro, ele iria me matar. Minha cabeça doía quando eu tentava me levantar.



Mal me firmei em pé, ele me jogou no chão outra vez. Agora, com o seu corpo em cima de mim, passou a me enforcar. Eu tentei ver o seu olhar, mas não o reconhecia. Ele não era mais o meu filho. Desde os 11 anos, eu o perdi para as drogas. Fiz tudo o que podia, até vendi tudo para que ele pudesse ir para uma clínica de recuperação, buscava-o nas bocas de fumo, mandei-o para ficar um tempo na casa da minha mãe no interior. Mas, não consegui. Eu havia perdido essa guerra. Ele apertava meu pescoço furiosamente e eu fui perdendo o ar. Eu revirava no chão, mas ele ainda esbravejava em cima de mim. Eu tentava rolar no chão para tirá-lo de sobre mim, mas fui sentindo que a minha vida me escapava. Eu tinha certeza de que ele iria me matar. Fui remexendo e rastejando como uma cobra, até que consegui pegar uma faca que havia caído no chão quando ele me empurrou. Naquele momento, não pensei duas vezes, era eu ou ele. Enfiei a faca com toda a força no seu lado, pouco abaixo de sua axila esquerda. Ele caiu por cima de mim. Retirei-o e ele caiu ao meu lado. Eu queria acabar com aquele sofrimento. Continuei dando facadas. Olhei mais uma vez em seus olhos e ele se mantinha inerte, nem a iminência da morte parecia comovê-lo ou afetá-lo. Finalmente senti que ele se entregara, como se quisesse, de alguma forma, por fim àquele sentimento. Assim, expirou. Joguei a faca para longe de mim, só então me dei conta do que realmente havia conhecido.

Meu peito apertava, e essa cena se repetia várias vezes ao longo do dia. Deixei os meus filhos na escola e saí correndo. Tinha que passar na cadeia em que ficara presa para pedir a declaração do meu período de estudos. Iria pedir minha remissão do período que fiquei presa. Para não enlouquecer na prisão, tive

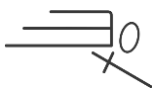


que estudar. Foi muito difícil conseguir estudar na prisão, pois dentro da cadeia, assim como aqui fora, nós e o nosso crime somos sincreticamente confundidos. Essa é uma marca que vou levar para o resto da minha vida.

Cheguei à porta da penitenciária e pedi para falar com a assistente social. Eles disseram que eu não poderia entrar e que deveria aguardar na portaria. Esperei durante longos minutos, talvez tenham sido pouco, mas demorou muito, ou eu é que estava com muita pressa. Finalmente entregam-me o documento.

Fique me lembrando dos anos que vivi ali. Durante o período em que fiquei presa, eu tinha que ficar em uma cela especial. As pessoas falavam que era a cela de pessoas perigosas, ninguém da outra cela conversava conosco. Na nossa cela, o silêncio também fazia parte do nosso cotidiano. Éramos excluídas, e parecia que o objetivo disso era nos martirizar, para que ouvíssemos apenas a voz da nossa própria consciência. Percebia que, mesmo nesse lugar em que havia várias outras pessoas que violaram as normas e cometeram crimes, as pessoas tinham um código de ética próprio e nem tudo ou qualquer crime era aceito pelas presas naquele inferno. As próprias agentes cuspiam na nossa cara no banho de sol. Por vezes, pensei em me matar e vi muitas que tiveram coragem de fazê-lo, mas faltava-me coragem. Eu tinha medo do lugar onde acordaria do sono da morte.

Caminhei pela rua apressadamente olhando para o chão e entrei no prédio. Subi as escadas e toquei a campainha.



MARIA RITA

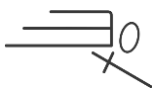
Abri a porta, e lá estava Angélica. Cabisbaixa, como sempre, com um lenço na cabeça prendendo os cabelos. Ela vestia uma surrada blusa de malha, uma saia até os joelhos e calçava um chinelo de dedos. Ela sempre estava assim, era o seu estado permanente. Por trás de tudo aquilo, ela era uma mulher bonita, mas seu corpo carregava as marcas de um passado de sofrimento e dor. A sua história era muito triste. A cada atendimento, ela me mostrava uma marca de agressão do seu filho. Era como se as cicatrizes que trazia em seu corpo pudessem justificar para mundo a motivação do seu crime. Em muitos momentos, mais do que trabalhar com direitos e deveres, eu tinha que acolher a pessoa que me procurava. Muitas vezes, era só isso o que elas realmente precisavam.

Confesso que tive muita dificuldade para atendê-la no início. Pensava como uma mãe poderia matar o próprio filho. Tive um pouco de resistência quando minha colega, advogada, passou o meu contato. Mas, quando vi Angélica entrando no meu escritório não tive como negar. Imaginava como uma senhora, sempre tão doce e gentil, pôde matar o próprio filho.

Ela me entregou um papel.

– Eu estive no presídio hoje e eles me deram esse documento como prova do tempo que eu estudei!

Sim, era o documento fornecido pela unidade prisional com a descrição do período em que estudou na prisão. Com isso poderíamos pedir a remissão do tempo. Conversamos um pouco sobre o pedido, pois eu sempre gostava de explicar didaticamente para os meus clientes o que era cada pedido que fazia. Não

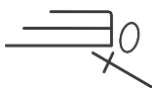


obstante, muitas vezes, eles sabiam mais das leis do que eu mesma. Mesmo assim, eu o fazia, pois me dava uma sensação de dever cumprido. Além disso, gostava de fazer isso, pois queria que meus clientes fizessem parte do seu processo. Assim, eles não seriam tratados apenas como mais um objeto processual. São pessoas com histórias e dramas.

– Você entendeu, Angélica?

– Sim senhora. Entendi direitinho. Não repara não, mas agora eu preciso ir. É porque consegui uma faxina, o que tem sido muito difícil ultimamente!

Angélica levantou-se e saiu rapidamente, sem olhar para trás.



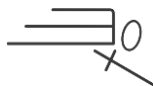
CAPÍTULO V – LIBERDADE, AINDA QUE TANTAN

BONIFÁCIO

Eu não tinha conseguido pregar os olhos à noite, pois meu coração batia acelerado como uma bomba pronta para explodir. Às vezes minha cabeça também ficava assim. Ouço tantas coisas que não cabem na minha cabeça. Virava de um lado para o outro da cama, e não via a hora do sol nascer. Minha irmã sempre falava comigo que a gente só pode sair da cama quando o sol nasce. Eu não sei por que, mas eu tinha que respeitar essa lei.

Sentei na cama e abri uma beiradinha da cortina do meu quarto e olhei para o céu. Eu tentava entender como era possível transformar o dia em noite e como Deus fazia para colorir o céu todos os dias em cores que mudavam o tempo todo. Sempre gostei de olhar para o céu, tentava entender o que havia lá, acima das nuvens. Na igreja, aonde vou com minha irmã aos domingos, o pastor dizia que Deus morava lá em cima. Ingenuamente eu tentava imaginar o seu castelo, Ele assentando no seu trono observando e dirigindo as pessoas o tempo todo, mas sem intervir no livre-arbítrio que deu ao ser humano.

Eu escuto Deus falando à minha consciência o tempo todo: não faça isso ou faça aquilo. Ele é tão poderoso que consegue entrar na mente das pessoas. Mas, às vezes, eu sabia que não era que falava, mas era Satanás. Deus pode saber o que pensamos e pode soprar pensamentos em nossa mente, que sempre são de paz. Mas, Satanás não pode saber o que pensamos,



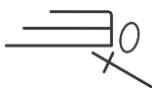
apenas sopra pensamentos ruins. Às vezes o capeta mandava que eu fizesse coisas ruins. Uma vez ele mandou que eu pegasse uma faca e enfiasse no pescoço da minha irmã. Eu cheguei a pegar a faca e levei ao pescoço dela enquanto ela estava deitada, mas, naquela hora, seu marido segurou a minha mão. Eu sabia que Deus o havia mandado fazer aquilo, para impedir-me de algo que não deveria ser feito.

A minha irmã era muito boa para mim. Como eu poderia tirar o sangue daquela pessoa que tem o mesmo sangue que o meu?

Minha mãe morreu durante o parto em que eu nasci, por isso eu não me lembro dela. Quando ainda era criança, às vezes, eu passava a noite em claro tentando imaginar como era o seu rosto. O meu pai nunca gostou de mim. Ele sempre falava que eu tinha matado a minha mãe, e que eu deveria ter morrido no lugar dela. Mas eu sei que não iria matar a minha mãe, mas iria gostar muito dela.

Nessa época, eu ouvia alguém dizendo na minha mente que eu deveria ir morar com a minha mãe; que eu deveria amarrar uma corda no meu pescoço e pular na lagoa, mas eu tinha medo, pois não sabia ao certo o que iria encontrar do outro lado. Eu pensava que essa voz era de Deus, mas agora sei que era do diabo.

Ouvi seis batidas no relógio da sala e logo ouvi também a voz da minha irmã. Dei um pulo da cama. Era o grande dia. Nunca tinha participado de algo assim, acho que seria legal. Minha irmã estava tão feliz. Ela disse que iríamos tirar fotografia para mostrar para a família, que eu tinha que ficar bem bonito e elegante.



Coloquei a roupa, que era tão colorida e brilhante. Abri a gaveta da minha sobrinha e peguei a sua maquiagem, queria pintar o meu rosto com as cores da minha roupa. Tinha que ser bem colorido. Lembro-me de que a Marcinha havia falado comigo que no dia do desfile iríamos pintar o rosto também. Eu não ligava quando as pessoas falavam que maquiagem era coisa de menina, eu também podia usar.

Pintei o rosto e vesti a roupa, coloquei os sapatos e fui para a cozinha. A minha irmã sorriu. Meus sobrinhos me olharam e perguntaram:

– Aonde você vai, assim? – E começaram a rir.

Ansioso, enquanto assenta-me à mesa para comer pão, perguntei-lhes:

– Já está na hora?

– Ainda não, – Disse-me Minha irmã. – está muito cedo.

Depois que terminar de tomar café, pode ir assistir televisão até a hora de sairmos!

Ela me deu o meu remédio e um copo com água. Eu não queria tomar o remédio, porque me dava muito sono.

– Eu podia tomar o remédio só amanhã!

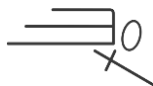
– Não, senhor! – replicou ela.

– Mas esse remédio me dá muito sono!

– Você tem que tomar, sim. O médico disse que se você não tomar todos os dias, certinho, você pode passar mal. Além disso, nós vamos para o desfile e de lá vamos ao escritório da advogada para ver como está o seu processo!

– Se eu não quiser assistir televisão, posso ensaiar a música?

– Boa ideia, pode sim!



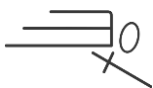
Eu me lembro que tinha que dizer assim: “Psiu, psiu, estou ouvindo vozes”⁹. Peguei a letra da música e fui cantando batendo o meu tambor: “(...) Resistir é todo dia no caminho da estação, pra expressar em liberdade minha loucura ou não. Sou vira-lata, sou poesia, mudando a cor da monotonia. Bordados em prata, banhados em ouro. Esse é o contorno do meu tesouro. (...) Ciranda cirandinha, vamos todos cirandar dando uma volta e meia, pra você me encontrar. Na teimosia do sonho que encantou, do amor que tu tens que de tão belo a dor passou.”

Minha irmã me chamou. Eu peguei o meu cartaz em que minha irmã escrevera: “Cuidar sim, excluir jamais!” e saímos.

MARIA RITA

Quando cheguei à Praça Sete no centro de Belo Horizonte, fiquei horas matutando o que estava acontecendo ao meu redor. Aos poucos eles foram chegando, uns sós, outros em grupo e outros vinham pela mão de um parente. Eu estava emocionado, embora participasse deste movimento desde 2006, surpreendia-me sempre como se fosse à primeira vez. Era muito bom ver a mistura de cores pelas ruas da cidade e belas fantasias. Aquele momento representava a beleza de conviver com as diferenças.

⁹ Samba enredo tema do desfile da Luta Antimanicomial de 2013. Autoria: Coletivo Centro de Convivência de São Paulo. Link para acesso: http://www.crp04.org.br/CRP2/Image/letras_sambas_2013.pdf.

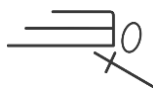


Em menos de uma hora a praça estava tomada de familiares, portadores de sofrimento mental, estudantes e profissionais que atuavam em alguma área da saúde mental, e simpatizantes da causa que lutavam pela defesa dos seus direitos, como eu. Era uma data importante de luta na nossa história, embora ainda sejam poucos os que incluem essa data no seu calendário e vêm para as ruas para endossar esse coro e levantar essa bandeira da liberdade e da aceitação da diferença.

Lembro-me do primeiro dia em que participei da marcha da Luta Antimanicomial. Eu era ainda uma estudante e trabalhava no Programa Pólos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais. Eu estava me sentindo muito feliz por levantar uma bandeira tão necessária. Pensava como tinha passado pela vida até aquele momento e não havia participado de um movimento tão importante na cidade.

Por isso, nesse dia, como todos os outros que participo de alguma manifestação, havia levado a minha filhinha Maria Luísa, de dois anos. Ela estava tão bonitinha, sobretudo pelos cabelos negros cacheados, a pele morena e uma boquinha rosada linda. Ela ficava feliz ao ver tantas cores ao seu redor, sentada no seu carrinho e balançando a cabecinha. Ela estava de vestidinho branco de bolinhas rosa e uma fita no seu cabelo no meio dos seus belos cachos.

Eu gosto de levar minha filha a esses espaços para que ela não demore tanto tempo para enxergar realidades tão importantes, pois quero que ela aprenda, desde cedo, a lutar pela da liberdade e respeito aos direitos de todos, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Espero que ela sempre saia às ruas em busca de um mundo melhor. Quero que o futuro seja um



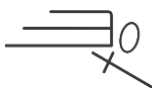
lugar melhor para se viver e que a minha filha faça parte dessa história.

Ir para as ruas e realizar aquela marcha significavam evidenciar que essas pessoas estavam vivas; que havia beleza na diferença, e que há espaços para todos. O que sempre me chamou a atenção nesse evento era a reação das pessoas, o olhar de estranhamento e medo. As pessoas não estão acostumadas a enxergar a loucura e conviver com ela, sempre agindo na segregação da diferença, talvez por medo, devido à falta de conhecimento e aos estigmas divulgados pelas mídias ao longo do tempo.

Em muitos momentos, pergunto-me quem realmente são os loucos. Talvez, aqueles que se anulam e são movidos pela rotulagem social, passando pela vida sem saber exatamente quem são. Vítimas da própria alienação.

Às 15 horas saímos em desfile pela Avenida Afonso Pena. O grupo, de cerca de mil pessoas, sambava e cantava. Os trio-elétricos iam adiante tocando o enredo e celebrando a luta pela vida e fora dos manicômios. Várias pessoas usavam camisetas com o slogan daquela atividade, que naquele ano era: “Se não nos deixam sonhar, não nos deixaremos dormir”. Ao ver o slogan e a bandeira, meu coração apertava, pois eu imaginava como a nossa história foi marcada pela anulação e segregação dessas pessoas, como se fosse pessoas desprovidas de humanidade, afeto e beleza, silenciando as suas vozes e seus sentimentos.

Ao ver a cena, recordei-me do livro-reportagem que havia lido ano passado. O livro “Holocausto Brasileiro” da jornalista Daniela Arbex resgata, do esquecimento, um dos capítulos mais macabros da nossa história: a barbárie e a desumanidade praticada

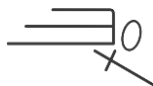


durante a maior parte do século XX, no maior hospício do Brasil, conhecido por Colônia, situado na cidade de Barbacena. Ao fazê-lo, a autora traz à luz um genocídio cometido, sistematicamente, pelo Estado Brasileiro, com a conivência de médicos, funcionários e da população, pois nenhuma violação de direitos humanos mais básicos se sustenta por tanto tempo sem a omissão da sociedade. Pelo menos 60 mil pessoas morreram entre os muros da colônia. Desse, a maioria havia sido internada à força, trazidos pelo trem em Barbacena. Várias pessoas chegavam por dia à estação de trem e mal sabiam o que o destino lhe reservava, pois seriam privados de seus familiares e do convívio social. Mas, o que mais me chamou a atenção foi o fato de que cerca de setenta por cento não tinha diagnóstico de saúde mental. Eram epiléticos, alcoólatras, homossexuais e prostitutas; gente que se rebelava ou que se tornava incômoda a alguém com poder.

Lembro-me da história de uma moça que foi internada, pois se rebelou e destacou que deveria ganhar o mesmo que o seu irmão no trabalho da fazenda de seus pais. Eram meninas grávidas violentadas por seus patrões, esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, filhas de fazendeiros que perderam a virgindade antes do casamento, homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns apenas porque eram tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças.

É lamentável ter esses registros em nossa história. Mas, quem sabe, poderíamos fazer diferença, e estar ali, na manifestação dos loucos pode representar a possibilidade de construir uma nova história.

A discussão sobre a inclusão de pacientes psiquiátricos na sociedade representa uma pauta necessária no contexto de

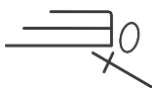


mudanças ocasionadas pela Reforma Psiquiátrica no Brasil e na nova gramática de direitos humanos. As experiências são expressivas e a adoção de práticas sociais e clínicas que facilitem essa inclusão se tornam um imperativo categórico na sociedade brasileira.

A Reforma psiquiátrica brasileira representou a quebra de paradigmas na relação dos pacientes com a sociedade, sobretudo pela nova leitura do conceito de reabilitação social. A Reforma psiquiátrica começou em 1950, em vários países, como Itália, França, Inglaterra e Argentina; com questionamentos de práticas em saúde mental e do início da desospitalização e desinstitucionalização, influenciando o movimento brasileiro. Com isso, introduziram-se mudanças na assistência à saúde pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS), dos serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos e ao desenvolvimento de leis. Ana Marta Lobosque define o movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira como: “Um movimento que busca repensar e construir de outra maneira a presença da loucura em nós”.¹⁰ Nesse sentido, a Reforma Psiquiátrica veio humanizar o tratamento dado aos pacientes psiquiátricos, o que foi ancorado em alguns princípios constitucionais, sobretudo a construção da autonomia, a emancipação e a inclusão social dos pacientes.

Essa história, como se fosse um filme, passava e repassava em minha mente permitindo-me ver como era intensa a

¹⁰ LOBOSQUE, Ana Marta. *Clínica em Movimento: por uma sociedade sem manicômios*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. P. 25

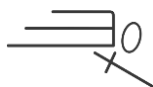


energia e nos contagiava. Esse momento trazia para nós uma série de ideologias. Caminhar pela cidade em sua principal avenida cidade representava a ocupação dos espaços públicos. A música e a dança representavam a beleza e a vida.

Muitos associam o louco à vida em preto e branco, em cuja vida há muita tristeza e falta de energia. Contudo, eles estavam ali para demonstrar a beleza da vida e dar um grito pela liberdade, o qual revelava inconformismo diante da nossa árida realidade, representando a luta pela liberdade.

Os serviços públicos e o ordenamento jurídico têm muita dificuldade de enxergar o paciente psiquiátrico como uma pessoa capaz, reservando-lhe apenas o título de incapaz. Isso, muitas vezes, o coloca apenas como um possível titular do benefício da prestação continuada – BPC.

Lembro-me de que em uma disciplina do Mestrado escrevi um artigo sobre a inclusão do egresso paciente psiquiátrico ao mercado formal de trabalho e percebi o estranhamento da minha turma, pois meus colegas, os futuros educadores, defendiam a solução mágica do Benefício de Prestação Continuada para a manutenção da vida dessas pessoas. Como se o trabalho não pudesse fazer parte da vida delas, mais uma vez reforçamos a segregação, rompemos os muros dos manicômios, mas ainda arquitetamos soluções jurídicas pautadas em preconceitos. E o samba enredo daquela marcha buscava romper essa lógica com a música Tec tec tec, uma criação coletiva da Oficina de Música do Centro de Convivência São Paulo: “(...) Com a loucura contagiando essa cidade a liberdade ainda que tan tan tira da dor a felicidade.



Eu havia reservado a parte da tarde para participar desse movimento e, em seguida, iria atender um paciente, Bonifácio, que também participava do desfile. Sua irmã Goreti havia solicitado um atendimento para vermos a sua situação jurídica.

Depois do desfile, fomos caminhando para o escritório. Bonifácio estava todo fantasiado. Eu também entrei na onda e usava uma peruca rosa, um vestido azul e uma meia-calça roxa. Aquele dia também era dia de fazer uma série de críticas às rotulações, dentre elas, a moda. A moda, muitas vezes representa a imposição de uma padronização e eu queria romper esse sistema.

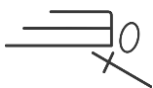
Quando chegamos ao prédio, adorei ver a cara do porteiro. Ele me olhou de cima para baixo e disse com certo espanto:

– Boa tarde, Dra. Maria Rita!

Tenho certeza de que ele não me achava uma pessoa normal. Mas, que bom romper com a normalidade. Em muitos momentos, fico cansada de tanta padronização social.

Eu havia ligado para minha irmã, para que ela pudesse levar Maria Luísa para a casa, pois hoje pretendia ficar até mais tarde no trabalho, pois havia agendado com Goreth e tinha algumas petições e relatórios para finalizar.

Ao chegar ao escritório, vi que o Alfredo tinha feito uma bagunça na sala. Alfredo era meu companheiro de todos os momentos. Nunca pensei que um gatinho pudesse fazer tanta diferença em nossa vida e ser um grande companheiro. Era ele que ouvia minhas inquietações e desabafos no final do expediente, sempre estava do meu lado com os olhos atentos, era um gato preto de olhos azuis intensos.



– Goreth, você e o Bonifácio me aguardem por um instante, por favor. Podem se assentar aqui!

– Esperamos sim, doutora!

– Vocês querem tomar água ou café?

Bonifácio parecia não prestar atenção, pois ainda estava contagiado pela energia da marcha. Ele ainda repetia o samba enredo do desfile. Era muito legal ver a sua energia. Ele parecia estar fora de órbita, em outro mundo.

– Obrigado. Vamos aceitar um pouco de água!

Servi água a eles e olhei pela janela, de onde podia ver a Avenida Afonso Pena. Notei que, aos poucos, a multidão ia se dispersando e cada um retornava para a sua casa levando esperanças de que algo mudaria. Penso que aquele momento era muito importante para eles, mas, sobretudo para nós, profissionais que atuamos na luta por direitos.

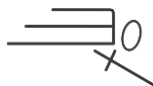
Eu precisaria trocar de roupas para atender meus clientes, contudo acabei optando por continuar vestida como estava. Naquele dia eu estava disposta a romper com todos os padrões, inclusive com os trajes forenses.

Depois de muitas sessões de terapia, percebia que uma parte de mim dava conta de viver em um quadrado, contudo havia um lado em mim que queria romper e ir além. Observava Bonifácio e via que era necessário romper. Ele, com muito carinho, colocou o Alberto no seu colo.

– Acho que ele gostou do meu amigo!

– Que gracinha esse gatinho!!! – Disse olhando para Goreth e sorrindo.

Bonifácio era um jovem de vinte e cinco anos, com cabelos castanhos e estava um pouco acima do peso. Ele tinha os



dentes muito amarelos, e acredito que seja em razão do excesso da medicação. Eu já conhecia sua irmã Goreth, a qual me informara que ele tinha um histórico de esquizofrenia. Em razão disso, Bonifácio chegou a permanecer muito tempo internado no Hospital Psiquiátrico Raul Soares. Desde os dez anos ele fazia tratamento, pois matou um cachorro que não parava de latir. Agora ela fazia tratamento no CAPS – AD de álcool e drogas e também frequentava um Centro de Convivência. Atualmente estava estabilizado, contudo ainda demonstrava alguns indícios de crise, em razão de uma nova prisão ocasionada pela quebra de uma condicionalidade imposta pelo Juiz da Execução.

– Vamos nos assentar aqui na outra sala! – Disse-lhes, chamando-os para a sala de atendimento.

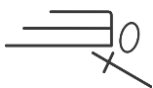
Quando entramos na sala, antes mesmo que eu dissesse qualquer coisa, Gorethi tomou a palavra e disparou falando:

– Dra. Maria Rita estamos aqui hoje para pedir ajuda. Esse é o meu irmão Bonifácio, ele é ex-presidiário.

Olhei para Bonifácio com olhar perscrutador, e não consegui ver periculosidade nele. Pensava em como deveria ter sido difícil para ele viver confinado, e como isso deve ter afetado sua saúde psíquica, prejudicando-o e deixando marcas irreversíveis.

Também percebi que Goreth sempre assumia a função de falar por ele. Entendo a dificuldade da família em acolher o paciente psiquiátrico, pois o Estado promoveu o fim dos manicômios, mas também não preparou essas famílias para acolher essas pessoas. Contudo, vejo que a família reforça esse status de incapacidade.

– Tudo bem, Goreth, mas vamos ouvir um pouco o que o Bonifácio tem a dizer. E então, Bonifácio, como você está?



– Oi Dra. Maria Rita! Eu sou o Bonifácio, e sou uma pessoa ruim. Eu uso drogas e já fui preso!

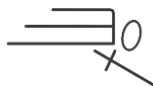
Ao ouvi-lo falar de sua história, lembrei-me do filme *Bicho de Sete Cabeças*, baseado no livro de Austregésilo Carrano Bueno, *Canto dos Malditos*, com Rodrigo Santoro, a que assisti nos idos de 2000. O filme conta a história de Neto, um jovem que é internado em um hospital psiquiátrico após seu pai descobrir um cigarro de maconha em seu casaco. No hospital, Neto é submetido a situações abusivas. O filme, além de abordar a questão dos abusos cometidos nos Hospitais Psiquiátricos, também aborda a questão das drogas e a relação de pai e filho.

Ao lembrar-me desse roteiro, sempre o associo ao roteiro da vida real. Podemos até pensar que isso não ocorre mais, mas é um ledo engano. Hoje, o Sistema Prisional ainda continua sendo o depositário de seres indesejáveis e substituiu os manicômios. A sociedade continua segregando essas pessoas, agora, de uma forma ainda mais violenta, deixando a marca dos antecedentes criminais nos egressos do sistema prisional. Isso porque a sociedade não tolera conviver com o diferente, e o Poder Judiciário, em alguns momentos, com a filosofia de garantir direitos e promover a Justiça, comete atrocidades contra a vida das pessoas. Bonifácio passou despercebido pelo Sistema de Justiça Criminal.

Goreth voltou a falar.

– O Bonifácio estava tendo dificuldades para cumprir as condicionalidades do juiz, pois ele não se lembrava de que tinha que comparecer mensalmente para o Juiz. Isso fez com ele fosse preso por descumprimento das condicionalidades.

Fiquei de fazer carga ao processo.



– Goreth, traga para mim todos os relatórios médicos para eu os avaliar e juntar aos autos. Com esses documentos vou avaliar o melhor caminho a seguir, pois, em alguns momentos, converter o processo para medida de segurança poderia ser pior para ele. Vamos fazer o que for melhor!

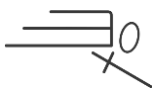
Bonifácio falou um pouco sobre a sua vida na prisão. Ao falar desse momento de sua vida, seus olhos perdiam o encantamento e manchava a alegria do dia que fora tão significativo. Percebendo isso, mudei de assunto.

– Então, Goreth, vamos agendar outro momento? - Eu não queria que um dia tão importante fosse prejudicado. – O que é que você fazia, Bonifácio, no Centro de Convivência?

– Eu gostava de pintar e de dançar!

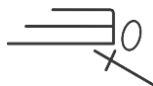
Ao ouvi-lo, compreendi que aquele espaço permitia que Bonifácio trabalhasse com o que tinha de melhor, e que a arte é muito importante nesse processo. Ele também falava com muito carinho de suas psicólogas, as que o conversavam com ele durante a terapia. Realmente os profissionais da saúde mental são pessoas que merecem o nosso respeito, pois é um trabalho muito desafiador. Também percebi, nos olhos de Goreth, um ar de cansaço e esgotamento, certamente era difícil para a família.

Conversamos por muito tempo, e já era noite quando eles saíram do escritório. Havia algumas petições e relatórios para finalizar. Contudo, não queria mais nada naquele dia. Fui à minha adega de vinhos, escolhi o melhor vinho e me servi uma taça. Queria apenas tomar um bom vinho e ficar ao lado do meu grande amigo Alberto. Fiquei pensando nos acontecimentos do dia, e não pude deixar de lembrar a minha fala preferida do Paulo Freire que estava escrita no quadro na minha sala de espera: O



meu discurso em favor do sonho, da utopia, da liberdade, da democracia é o discurso de quem recusa a acomodação e não deixa morrer em si o gosto de ser gente, que o fatalismo deteriora.¹¹

¹¹ Paulo Freire. Pedagogia da libertação.





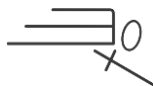
CAPÍTULO VI – NEM CINDERELA, NEM MULHER MARAVILHA

MARIA RITA

Era uma manhã caótica, um daqueles dias em que nada parecia fluir, a começar pelo trânsito. É impressionante como, a cada dia que passa, fica mais difícil circular pela cidade, e como vamos perdendo boa parte da nossa vida nesses deslocamentos. Para complicar, eu ainda estava atrasada, pois tinha que fazer todo meu percurso diário para deixar cada um no seu destino. O maridão no trabalho, a minha doce Maria Luísa na Escolinha e, literalmente, voar para acolher os meus clientes no Escritório.

Eu olhava para a Maria Luísa pelo retrovisor e a via toda bonitinha na cadeirinha, e observava como ela ficava atenta a tudo ao seu redor. Ela era tão espertinha que sempre olhava para o retrovisor, pois sabia que encontraria os meus olhos brilhantes e o meu olhar atento de mãe coruja. E para arrebatá-lo meu coração, ela sempre dava aqueles sorrisinhos.

Enquanto isso, meu maridão estava em outra órbita. Ele estava ouvindo e estudando a música que iria reger em um concerto no sul de Minas. Era muito legal vê-lo nesse processo. E tenho que confessar, os músicos, em alguns momentos, acabam se deslocando para outra dimensão. Eu que não entendo muito de música podia ver as notas saindo pelo ar. De tanto vê-lo praticar, já me atrevia a alguns movimentos de regência. Mas, não se enganem. Ser maestro vai muito além de balançar uma batuta.



De repente a canção foi interrompida pelo barulho abrupto de uma batida de carro na outra pista. Uma mulher bateu na traseira do carro de um homem. Ele saiu do carro com tanta impetuosidade e violência que, por um momento, pensei que ele fosse agredir a mulher. Ele estava tão nervoso e dizia coisas agressivas, como:

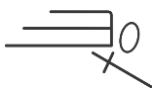
– Você não enxerga não? Por que não continuou dirigindo fogão?

A mulher estava trêmula e parecia muito assustada com o que havia acontecido.

Ao ver tal cena, fiquei me lembrando de uma Palestra da qual participei, outro dia, com o querido Professor José Luiz Quadros Magalhães, sobre Violência. Nela, ele sinalizou como a nossa violência é estrutural. Se não mudarmos algumas bases da sociedade, certamente vamos enxugar gelo. As pessoas condenam muito os egressos do sistema prisional, mas deixam de enxergar em si mesmos os gestos diários de violência e agressividade que atingem o outro. Em alguns momentos perfuram mais que uma bala de revólver.

Voltei os olhos para a Maria Luísa e fiquei pensando quanto sofrimento ainda estava reservado à vida, e de como ela precisaria ser forte para lidar com as dificuldades na sua condição de mulher e negra, pois vivemos em um modelo norte-europeu em que o padrão é homem e branco.

Enquanto isso, apesar do caos que acontecia lá fora, meu marido continuava em outra dimensão e nem tinha se dado conta do que se passava à sua volta. Aos poucos o trânsito começou a fuir e conseguimos chegar aos nossos destinos.



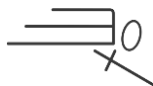
Finalmente cheguei à portaria do prédio. Pareceu-me que o porteiro estava me esperando.

– Bom dia, Sr. Antônio!

– Bom dia, Doutora Maria Rita. Há uma encomenda para a senhora aqui!

Recebi a caixa, que achei ser muito grande, e subi apressada e curiosa para ver de que se tratava. Havia um cartão com uma mensagem. Era da família de um cliente que agradecia os serviços prestados e enviava-me um presente como gratidão. Fiquei emocionada e relembrei os momentos que passamos ali na sala e da sua história de vida. Por trás de pessoas consideradas monstros pela sociedade, existem pessoas que sangram e pulsam. É curioso como o cumprimento de pena deixa cicatrizes e extrapola o crime cometido, isso em razão da violência retribuída ao ato cometido.

Abri a caixa e fui surpreendida com uma belíssima estátua do símbolo da Justiça. Na Roma antiga, a justiça era representada por uma estátua, com olhos vendados, visando seus valores máximos em que todos são iguais perante a lei. Esta estátua representa a Justiça e como ela deve buscar a igualdade entre os cidadãos. Os outros símbolos da Justiça é a espada representando a força, a coragem, a ordem, a regra, aquilo que a razão dita e a coerção para alcançar tais determinações. A balança simboliza a equidade, o equilíbrio e a ponderação. Confesso que nunca me ocorreu colocar essa estátua no meu escritório. Fiquei pensando na lógica tão difundida de que todos são iguais, pois, na verdade, somos diferentes. Às vezes, reproduzimos um discurso de padronização, e o direito reforça essa ideia, com isso, esquecemos que as pessoas são diferentes; e que a justiça deve contemplar



essas diferenças e não insistir na colocação das pessoas em gavetas sociais. Pensei em doar a estátua para alguém, contudo a família demonstrou um gesto tão nobre. Não, seria indelicado me desfazer de um presente. Assim, arrastei uma mesinha para o canto da sala para colocar a estátua. Talvez, olhando para ela todos os dias, eu poderia fazer as minhas representações.

Organizei logo a mesa e preparei a sala para atender o primeiro cliente do dia. Eu havia saído do escritório, no dia anterior, muito tarde e tinha deixado vários processos e livros tumultuados na mesa, pois estava fazendo algumas petições para as audiências de hoje.

Enquanto eu recolhia os livros, a campainha tocou abruptamente umas três vezes. A pessoa que estava do outro lado da porta parecia não ter muita paciência. Com isso, tratei logo de deixar os livros em cima do armário para abrir a porta. Quando a abri, fui surpreendida por uma moça muito agitada e muito bonita. Ela se parecia com a cantora americana, Beyonce, e se vestia de modo que, certamente, deve ter arrancado muitos suspiros pelas ruas da cidade. Antes mesmo que lhe desejasse um bom dia, ela tomou a iniciativa com objetividade:

– Eu me chamo Jocasta. Eu liguei antes e agendei atendimento para hoje, às nove horas!

– Estou esperando por você. Pode entrar e assentar-se que já vamos conversar!

Voltei a colocar os livros na prateleira. a Jocasta assentou-se no sofá da recepção e viu um cinzeiro na mesa.

– Eu posso fumar?

– Pode sim, fique à vontade!



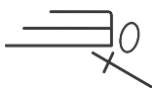
Como uma fumante iria coibir o desejo compulsivo de outra fumante? Ao fumar, parecia que a nicotina foi acalmando uma avalanche de emoções e organizando seus pensamentos, parecia que somente naquele momento a vida lhe proporcionava um pouco de lucidez e calma, e a fumaça parecia entrar e retirar um pouco das suas aflições.

Jocasta usava uma blusa vermelha tomara-que-caia. Não é à toa que o nome era esse, pois, certamente, o desejo dos homens que a vissem era mesmo que caísse. Ela vestia uma calça de oncinha e calçava sapato de salto plataforma. Ela era negra, com um cabelo longo, cacheado e com luzes. Era uma mulher muito bonita e certamente chamava muito a atenção. Assim que ela terminou de fumar o cigarro, a agitação tomou conta outra vez.

– Não repara a pressa não, doutora, mas é que eu só tenho uma hora para resolver as coisas aqui. Eu estou com outro compromisso!

– Podemos conversar!

– Dra. Maria Rita, papo reto! – Disse gesticulando com as mãos, tentando acompanhar as palavras com movimentos que as reforçassem. – Vim aqui para a senhora me ajudar a resolver a situação, e vou contar a minha história: eu era dona de boca na minha comunidade. Ganhei muito dinheiro, tive muitos homens, fiz tudo o que muitas mulheres nem imaginam. Mas, tudo tem seu preço, cumpri uma pena de oito anos em regime fechado e agora estou de condicional. Passei oito anos longe da minha família. Os homens que amei me abandonaram; o dinheiro que ganhei, foi todo para o advogado. Muitos dizem que a vida do crime não vale a pena, mas eu digo que depende muito da sua



perspectiva. Para mim, valeu muito. Apenas decidi sair, pois tenho família para criar e quero voltar para a casa todos os dias!

Jocasta era muito direta em sua fala. Ela dizia tudo com muita segurança e personalidade. Para mim, era uma nova perspectiva sobre a mulher na criminalidade, e como protagonista, pois há um mito de que as mulheres sempre cumprem pena em razão dos seus companheiros, mas diante de mim havia uma nova perspectiva.

– Um oficial de justiça esteve em minha casa com uma intimação para eu comparecer ao Fórum e providenciar o pagamento das custas processuais e da multa!

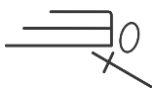
Havia revolta em suas palavras.

– Eu fui tão maltratada na cadeia, e ainda tenho que pagar pelo tempo que fiquei presa? Eu não tenho condições de pagar essas custas de processo, pois tenho que sustentar a minha família, minha mãe, minhas cinco irmãs e meus quatro filhos. Eu tenho responsabilidades. Sou arrimo de família. Sempre tive que cuidar da minha família, pois meu pai deixou a minha mãe com as minhas irmãs e nunca ajudou em nada. Minha mãe trabalhou a vida toda como empregada doméstica. Hoje eu não quero que ela tenha que limpar o chão de ninguém, pois ela não merece isso. Eu tenho que trabalhar para dar uma vida boa para ela.

Em relação a essas custas, as pessoas, de um modo geral, fazem muita confusão.

– Esses valores cobrados de você fazem parte de sua sentença condenatória. Você não está pagando pelas despesas decorrentes de sua permanência no sistema prisional.

Ela havia recebido uma pena de multa no valor de vinte mil reais. Seu medo maior era não pagar esse valor e ser presa

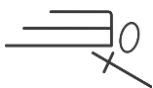


novamente. Essa é outra questão muito recorrente e que demonstra desconhecimento, pois as pessoas acham que podem ser presas pelo não pagamento, mas isso não é verdade e muitos vivem amargurados com essa questão. A falta de conhecimento, em muitos casos, aprisiona mentes e vidas.

– Dra. Maria Rita, eu vou ser muito sincera com a senhora e não tenho vergonha de fazer o que eu faço, pois é o meu trabalho. Eu ganho a vida hoje como garota de programa. Foi a única forma que consegui para sobreviver. Depois que sai da prisão, voltei para casa e encontrei minha família nas piores condições. Naquela época minha mãe voltou a trabalhar com faxina, minhas filhas e irmãos passaram necessidade. Bati na porta de várias empresas e nada. Ninguém quer dar emprego a uma ex-presidiária!

Ouvia atentamente o que ela ia falando e percebia que fazia algum sentido. Lembrei-me da minha banca do Mestrado em que um dos professores de Psicologia Social pontuou o capítulo que escrevi sobre a mulher egressa, e ele disse que: “até nessa situação a mulher é prejudicada!”.

– Eu tenho meus clientes e trabalho de segunda a segunda. O movimento tem aumentado, mas o dinheiro que ganho é a conta de cuidar da minha família. Não é fácil viver desse trabalho também, pois sofro muito preconceito das pessoas. Mas não me importo, por causa da minha passagem pela prisão eu já não era respeitada mesmo. Enquanto as outras mulheres reclamam e pousam de santas, eu estou na cama com o marido delas. Por isso, não me importo. Casei-me há um ano e meu marido gosta da minha profissão, ele trabalha como gerente de uma loja. Eu vivo a minha vida e isso é o que importa!

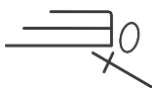


Na medida em que Jocasta ia falando, eu pensava na vida de uma garota de programa, tão desconhecida e carregada de preconceitos. Lembrei-me de um programa que assisti, Profissão Repórter, o qual acompanhava o dia a dia de uma garota de programa. Trazia muitos elementos apontados pela Jocasta na nossa conversa.

Outra questão que Jocasta trouxe no atendimento foi o fato de o Oficial de Justiça ter-lhe entregado uma intimação para que ela fosse ao Fórum a fim de apresentar comprovação de ocupação lícita. Quanto ela tocou no assunto, eu, que acreditava ter passado por todas as experiências possíveis ao meu trabalho, fui surpreendida com uma nova situação, a qual forçou o meu olhar para outras perspectivas.

A prostituição no Brasil é prevista no Código de Ocupações, contudo ela não foi regulamentada. O Ministério do Trabalho e Emprego é responsável pela gestão e manutenção do Código de Ocupações, e os profissionais do sexo estão registrados no CBO número 5198. Pelo visto, terei que suscitar outro debate no Judiciário para que reconheçam a prostituição como uma ocupação lícita. Essa questão mexeu comigo, pois tenho que pensar como farei a fundamentação e a associação com outra condicionalidade estabelecida pelo juiz como requisito para concessão do livramento condicional, qual seja, estar em casa em determinado horário fixado pelo juiz, pois ela havia pontuado que a maior parte dos seus clientes demandava serviços à noite. Nossa!!! Haja fosfato para queimar!

Embora Jocasta fosse muito objetiva, percebi que ela gostava de falar de sua vida como dona de boca de fumo e garota de programa. Era visível que ela tinha muito orgulho de sua



história, pois parecia ser uma mulher guerreira e que valorizava muito a sua família. Ela falava com muito amor, não obstante a sua vida transitasse entre a delicadeza e a bravura.

– Quando eu era dona da boca, sempre prezava pelo cumprimento das regras, pois até na vida do crime há um código que regulamenta as regras!

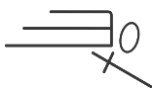
Inusitadamente ela virou-se e levantou a blusa, mostrando uma tatuagem de Nossa Senhora Aparecida que havia nas costas.

– Essa é a santa que protege a minha vida. Nunca saio de casa sem fazer uma oração para ela. Olha, - Mostrou a parte interna do antebraço. – tenho mais tatuagens. Com o nome da minha mãe, das minhas irmãs e das minhas filhas!

Jocasta foi interrompida pelo toque do seu celular e teve que sair correndo, pois o seu cliente já se encontrava na porta do prédio. Ela pegou a sua bolsa e foi saindo enquanto falava...

– Volto amanhã para assinar a procuração!

O dia foi agitado. Depois desse atendimento, corri para o Fórum para algumas audiências, depois fui para casa. No caminho, passei na Escolinha para buscar Maria Luísa. Chegando em casa, incorporei as funções de dona de casa e preparei um jantarzinho. Depois, com a função de mãe, brinquei com a minha filhotinha e ensinei o para-casa a ela; colocando-a para dormir, em seguida. Depois, assumi a função de esposa e compartilhei as experiências diárias com o maridão, enquanto lhe fazia uma deliciosa massagem. Por fim, eu me rendi no meu confortável sofá para assistir um pouco de jornal. Sempre é preciso assistir a um pouco de televisão para ver o que se passa no mundo, ou melhor, no mundo que é apresentada pela grande mídia, pois vivo diariamente um mundo oculto e marginalizado socialmente.

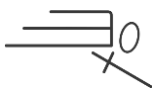


Tantas histórias passam pelo meu escritório cotidianamente, e existe um mundo invisibilizado socialmente e que muitos irão passar pela vida sem, de fato, ver a vida.

Ao desligar a televisão, fiquei pensando nas coincidências que aquele dia havia me reservado: a minha preocupação com Maria Luísa e os desafios de ser mulher, e negra. Fiquei pensando no fato de a Estátua da Justiça ser uma mulher e achei isso simbólico, pois representa a busca da mulher por sua condição de justiça. Estive pensando na Jocasta, na sua história de vida, sobretudo pelo seu protagonismo e sua tentativa de ganhar visibilidade. Fiquei pensando na minha vida como mulher e como conduzi a minha vida buscando inspiração em tantas mulheres. Sempre gostei de pesquisar histórias de ícones femininos. Deleitava-me em ler essas biografias. Acho que tento incorporar um pouco de cada uma delas: Joana D'arck, Hannah Arendt, Hilda Furacão, Maria da Penha, Marilyn Monroe. Acho que para ser mulher hoje precisamos incorporar uma série de funções, sendo putas, amigas, psicólogas, empregadas domésticas e cuidadoras. Assumimos tantas funções que não dá para reduzir a uma visão simplista, por isso, digo: nem cinderela, nem mulher maravilha.

JOCASTA

O celular tocou. Era mais um cliente me aguardando. Tive que interromper abruptamente a conversa com a Maria Rita. Eu iria contratá-la para resolver a questão das minhas despesas com a justiça e de como iria declarar ocupação lícita para o juiz. É um absurdo, somos tão maltratados e humilhados e ainda temos

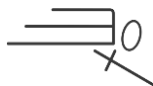


que dar dinheiro para os juízes e pagar, de novo, a minha dívida com a sociedade. Será que realmente eu já não paguei pelo que fiz? A prisão tira tudo o que você tem, a sua dignidade, apaga o seu nome e lhe dá um número. Você deixa de ser humano e passa a ser um número de IFOPEN e um tipo penal. Eu não queria pagar. Achava um absurdo, mas não queria dar moleza novamente, pois sei exatamente o peso da justiça e de que lado a corda arrebenta.

Entreí no carro, mais uma vez, era o Marcelo, um empresário renomado em Belo Horizonte. Ele sempre se encontrava comigo no início do expediente. No escritório, ele dizia que havia marcado uma reunião de negócios e que ficaria o dia todo fora. E íamos viver os prazeres da carne.

Ele sempre reservava um quarto de motel nos arredores de Belo Horizonte. No caminho, ele sempre perguntava como estava a vida. Conversávamos um pouco. Ele era muito educado e gentil, e servia-me uma taça de champanhe. Ele era um dos poucos clientes que não me tratava como mero objeto e enxergava o ser humano que existia além de uma vagina de aluguel.

É muito curioso como a garota de programa ocupa o imaginário popular. As pessoas, em geral, pensam que a garota de programa não tem família ou que está na prostituição por falta de opção. No meu caso, eu precisava ganhar a vida, mas desde o início percebia os prazeres que essa profissão poderia me oferecer. Havia a mesma adrenalina que sentia como dona de boca. Eu sentia que podia viver ou morrer a qualquer instante, nunca sabia exatamente o que poderia encontrar a cada programa. Por precaução, tive que aprender algumas técnicas básicas de



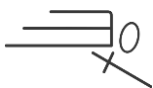
proteção. Assim, trazia comigo uma parte de uma lâmina de barbear no céu da boca, em caso de necessidade.

Difícil em minha profissão era ter colegas, pessoas com quem pudesse conversar; dividir fatos vida. Era sempre a mesma coisa. Quando eu conhecia uma pessoa, era só falar como ganhava a vida, e elas se afastavam. Eu já estava tão acostumada a isso que, como dona de boca, tinha que dormir com os olhos abertos e não podia confiar em ninguém. Por isso, tinha que me acostumar a ser assim. Eu só podia contar com minha família, meu marido e Deus.

Quando chegávamos, sempre havia uma mesa de café nos aguardando. Ele pedia para que eu me despisse e colocasse um roupão. Depois disso, sentávamos à mesa, comíamos e conversávamos. Ele adorava ouvir as minhas histórias de quando trabalhava no tráfico. Acho que ele gostava das aventuras e da minha vida quente. Ele ficava excitado, e assim me dava um beijo e colocava a mão na minha vagina por debaixo do roupão, eu ficava enlouquecida.

Depois disso, com toda a delicadeza, pedia para fazer um delicioso boquete e, em alguns minutos, já tínhamos gozado diversas vezes. Ele tinha muita energia, assim fazíamos sexo várias vezes e em várias posições. Ele testava todas e gostava de me dar muito prazer. Ele me pedia para abrir as pernas e ficava um bom tempo examinando a minha vagina. Acho que ele deveria ter feito ginecologia, mas imagino que ele gostava de ver o que aquele órgão era capaz de fazer com as pessoas.

Horas depois, o telefone tocou. Era mais um cliente esperando por mim.

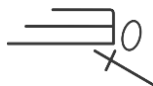


CAPÍTULO VII – ENTRE A CRUZ E A ESPADA

MAURO

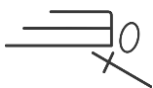
O despertador tocou. O sol refletia com intensidade na minha cama. Tentei abrir os olhos, mas cheguei a ficar cego por alguns instantes com a luminosidade. Coloquei a mão no peito, a camisa que vestia estava molhada de suor. Assentei-me na cama. Não sei como conseguia dormir com o barulho estarrecedor de conversas, risos, gritos e buzinas do lado de fora. Levantei e olhei pela janela. A rua estava um verdadeiro corre-corre. As pessoas andavam freneticamente por todos os lados. Crianças atravessando as ruas com seus pais, jovens em bandos sorrindo; era a vida em movimento. Por alguns instantes, chego a ficar contagiado com aquela vibração, um momento de nostalgia, sinto falta da vida que me foi roubada.

Saí da janela e fui ao banheiro. Olhei o meu rosto no espelho. Minha barba estava grande e meus cabelos grisalhos. Isso era a vida dando sinais de que ia se exaurindo. Às vezes chego a não me reconhecer mais. Olhei novamente para mim no espelho e parece que estou perdendo a minha dignidade e humanidade. Algumas vezes penso que deixei de ser homem e passei a ser um bicho. Abri a torneira, mas não saiu nenhuma gota de água. Fui tomado por uma raiva intensa, como um ímpeto de fúria, mas logo me lembrei de que já não pagava a conta de água e luz há meses. Abri a geladeira e peguei o resto da água na garrafa para enxaguar a boca.



Assentei-me na cadeira à frente da gaveta da cômoda. De dentro da gaveta, ela me chamou outra vez. Abri devagar como se ela estivesse me espreitando para me surpreender. Olhei para arma outra vez. O mesmo ritual. Mais uma vez o desejo de acabar, de uma vez por todas, com esse sofrimento veio em minha mente. Meu coração pulsava forte e acelerado, quando o ouvia latejar. Apenas um tiro, seria simples e rápido. Por vezes, peguei a arma e busquei coragem para apertar o gatilho. Imaginava como seria a minha morte, como tiraria a minha própria vida. Tentei imaginar uma forma que provocasse menos dor, pois a vida já havia sido tão amarga comigo. Portanto, pelo menos no momento da morte eu merecia um pouco de dignidade. Pensava que os vizinhos poderiam ouvir o barulho do disparo e chamar a polícia. É curioso como a polícia é chamada em todos os momentos. Tudo que acontece, as pessoas pensam na polícia. Como é paradoxal essa situação, pois como um profissional que recebe tantas críticas, é sempre a primeira opção para todos os problemas. É engraçado que, mesmo que alguém seja ateu e não goste de polícia, mas se criminosos invadirem a casa dele, ele reza para que a polícia chegue logo.

Às vezes, imagino que poderia ocorrer uma situação diferente, que o disparo iria ecoar com tantos outros sons e ninguém o perceberia. O meu corpo ficaria muitos dias aqui neste quarto, e só iriam tomar providências quando o meu corpo entrasse em putrefação e o cheiro de carne humana podre começasse a provocar incômodo. Mais uma vez esses pensamentos vão me tomando, mas olho para o porta-retrato e vejo a foto dela. Como sinto sua falta. Dá um nó na garganta. Queria muito encontrá-la. Contudo, penso nos meus filhos. Eu

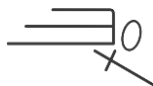


ainda precisaria viver por eles. E era isso que me fazia levantar daquela cadeira todos os dias e encarar a vida.

Olhei para o relógio e vi que precisava me apressar. Eu não queria chegar atrasado, pois tinha um horário marcado com Maria Rita. Troquei de camisa e saí correndo. Era uma longa caminhada e eu não tinha dinheiro para o ônibus. Desci rapidamente as escadas e, já na portaria, para amargar ainda mais o dia, encontrei o proprietário do imóvel em que resido; também morador do condomínio. Ele me cobrou o aluguel. Mais uma vez pedi paciência, que iria resolver aquela situação. Mais uma vez ele resmungou e disse que não iria esperar mais e que chamaria a polícia para me despejar. Mais uma vez a polícia.

Continuei andando. Abri a porta do prédio, atravessei a rua e fui correndo. Eu conseguia correr longas distâncias, pois o treinamento militar recebido durante muitos anos deu-me condicionamento físico para isso. Além disso, correr era uma forma de dissipar os pensamentos e sentir a energia vital, pois quando corria, sentia até os meus pulsos pulsarem.

Ao longo do caminho, vi muitas crianças felizes. Os ambulantes ofereciam presentes aos pais. Tentei entender o que estava acontecendo, porque o calendário já não fazia mais parte da minha vida. Ouvi uma voz em uma loja falando algo sobre o dia das crianças. Lembrei-me dos meus filhos. Estive ausente de suas vidas durante muitos dias das crianças. Nesses dias, quando ainda estava preso, eu chorava sem consolo. Continuei correndo, tinha que apertar o passo.



MARIA RITA

Eu estava assentada na minha cadeira olhando para o relógio, pois já estava quase no horário do atendimento do Mauro. Fui contando os segundos e esperava dar oito horas. Eu sabia que, exatamente às oito horas, Mauro iria tocar a campainha. A campainha tocou. Nos dias do seu atendimento, eu sempre saía de casa mais cedo, pois sabia como ele era pontual e não tolerava atrasos, marcas de sua vida como militar.

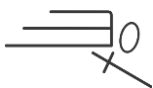
Enquanto eu me levantava da cadeira para atendê-lo, mais uma vez o filme de sua história passava na minha cabeça. Meu coração ficava apertado, porque a vida dele foi seguida por cruéis fatalidades. Ele já era meu cliente há vários anos e acompanhei toda a sua história. Hoje eu estava mais feliz, pois tinha boas notícias para dar a ele.

Abri a porta, e ele, como sempre, em um gesto de muito respeito, pega na minha mão e aperta, abaixa a cabeça e depois levanta, dizendo:

– Muito bom dia, Dra. Maria Rita, posso entrar?

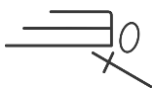
– Claro. Fique à vontade!

Ele era sempre tão gentil e respeitoso. Na minha vida, nunca conheci pessoas tão educadas e gentis como militares, ao contrário do que muitas pessoas dizem. Lembro-me do primeiro contato que tive com militares. Na minha família não havia nenhum policial militar e sempre tive a visão do militar que a mídia me passava, como pessoas rudes, violentas, com sangue nos olhos e pau mandado do Governo que sempre oprimia os menos favorecidos.



Quando tive o primeiro contato com os policiais militares, eu era estagiária de Direito e atuava no Programa Mediação de Conflitos da Secretaria de Estado de Defesa Social. Nessa época, havia um projeto chamado Polícia e Comunidade, que visava a facilitar uma aproximação da Polícia com os jovens moradores de periferia. Eu estava muito entusiasmada com a atividade, pois passaríamos um dia juntos em uma pousada no entorno de Belo Horizonte. A proposta era termos um dia de atividades lúdicas, esportivas e de conversas entre a polícia e os jovens. Lembro que fizemos uma atividade em que tínhamos que vencer uma série de obstáculos como transpor muralha de pneus e tirolesa, e eu, sempre medrosa, encontrava, em todo momento, a mão de um policial me aguardando e incentivando a superar meus medos e vencer os obstáculos. Jamais vou me esquecer de como, nesse dia, mudei radicalmente a minha visão sobre o militar. Eu encontrei seres humanos além da farda, pessoas como todas as outras, que têm sentimento, emoções e sofrimentos.

Logo que me formei no Mestrado, a Academia da Polícia Militar foi o primeiro lugar em que ministrei aulas. Lecionei nos cursos de formação de soldados e de sargentos. Nesse momento, vivi uma agradável nostalgia. Só de lembrar, meus olhos lagrimejam, pois nunca fui tão respeitada em toda a minha vida. Ainda hoje evito passar em frente à Academia, pois choro. Muitas pessoas com quem conversava faziam chacotas, diziam que essa delicadeza era em razão do regime militar, no qual as pessoas eram adestradas; mas eu sabia que não era bem assim. Aquele que se dispunha a ser policial militar tinha um elemento especial, pois todos os dias sua vida era marcada por uma linha tênue entre matar ou morrer. Era muito bom trabalhar na formação de



militares, mas muito triste, pois, aos longos dos anos, sempre recebia informações de que algum aluno meu havia morrido em serviço. Ainda sinto saudades daquele tempo, mas, infelizmente, neste momento da minha vida, com o volume intenso de serviço no escritório, tese para terminar, casamento e maternidade; não sobrava muito tempo, pois ministrar aulas exige muita dedicação e entrega.

Mauro assentou-se à mesa. Sua postura era sempre garbosa e a sua constante atenção mantinha-o alerta. Ele nunca tomava a iniciativa de começar a falar, esperava, normalmente, que eu iniciasse a conversa. Como eu não disse nada, ele ficou assentado me olhando atentamente. A sua postura não ocultava o quanto ele estava abatido. A sua aparência era de quem não dormia bem há muito tempo. A sua barba estava crescida e os olhos fundos. O seu olhar era de quem está pedindo socorro. Mauro era uma das pessoas que viu sua ótima vida desmoronar de repente.

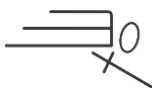
Mauro foi militar, era o seu sonho de infância. Ele contava que desde criança sonhava em ser militar. Seu pai era coronel reformado da PMMG e ele buscou inspiração no pai, pois queria ser oficial e dar orgulho a ele. Ele ingressou na Polícia Militar com 18 anos, ainda muito jovem. Ser policial era a sua vida. Entusiasmado e dedicado como era, logo fez curso de oficial e foi muito feliz na profissão. Conseguiu traçar uma carreira acadêmica de sucesso, sendo o primeiro colocado do curso. Como reconhecimento, recebeu a medalha Guimarães Rosa. Durante o curso, ele foi o cadete destaque. Como já era de se esperar, quando se formou, Mauro tornou-se muito respeitado no meio policial e foi o braço direito de seus comandantes,



elogiado pelos seus pares e querido por seus subordinados. Trabalhou 25 anos na Polícia Militar e, durante esse período, nunca teve sequer um registro negativo em sua ficha. Ao longo de seu tempo na polícia, já havia recebido quase todas as condecorações militares.

Em um determinado dia, sua esposa, Isabel, professora de uma escola, ligou para ele em prantos. Ela havia sido estuprada em um lote vago próximo à sua residência. Mauro havia acabado de encerrar o expediente e estava trocando de roupa no alojamento do quartel para retornar à sua casa. Ele foi acometido por um ataque de fúria. Não conseguia admitir a possibilidade de que sua esposa tivesse sido vítima de tamanha brutalidade. Mauro sentiu-se fracassado e impotente, pois não conseguira proteger a sua própria família. Jogou seu coldre com arma e munição no banco do carona com muita brutalidade e saiu enfurecido. Ele pensou em acionar todas as viaturas da região para ir até o local, contudo se sentiu envergonhado. Como expor a sua esposa àquela situação. Assim, ele resolveu se dirigir ao local sozinho. No percurso, tentava pensar que aquilo não passava de um pesadelo, um logro do seu inconsciente preocupado com a sua família, e que logo iria acordar.

Já em casa, Mauro custou a acreditar. Sua esposa ainda estava suja de sangue, assentada no chão na varanda à frente da casa, em pânico, em prantos. Ele se ajoelhou ao dela e chorou. Sentiu ódio de si mesmo e culpou a Deus, como quem decide romper o vínculo com a divindade. Mauro sentia que a sua força e a sua vida iam se exaurindo, e custava a crer que a pessoa a quem ele mais amava, sempre tão gentil e boa, estava passando por tal situação. Ele a pegou nos braços; deu-lhe um beijo na



testa e saiu rapidamente para o carro a fim de levá-la para o hospital. Mauro foi correndo com ódio, mas nunca imaginou que aquele acontecimento passaria a ser um divisor de águas em sua vida.

Ele chegou ao hospital e entrou direto no consultório médico, fechando a porta com brutalidade, trancando-a em seguida. Conversou com o médico, que logo acionou as enfermeiras para ajudá-lo.

– Fique lá fora, por favor. Eu e as enfermeiras vamos cuidar dela!

Mauro saiu e ficou no corredor, assentado no chão, derrotado. Ele pensou em deixá-la ali e ir atrás do bandido, mas, sob forte dilema, precisava ficar e cuidar dela. Ele perdeu a noção de quanto tempo esperou. Enquanto isso, sua mente devaneava: se ele tivesse saído um pouco antes, poderia tê-la livrado da agressão. Se ele tivesse chegado no exato momento, poderia salvá-la e ainda prenderia o bandido, prenderia não, ele certamente o mataria. Essas ideias faziam-no obcecado. Ele não conseguia pensar em outra coisa. Quando se convencia de que o fato estava consumado, não conseguia admitir outra ideia senão matar o criminoso. Ódio e vingança. Isso já não era pensamento do policial, era o homem, vítima, marido, pai.

Depois daquele dia, Mauro nunca mais conseguiu ser o mesmo homem.

Depois de todos os cuidados e o período de internação, ela retornou para a casa. Inconformado, ele pediu a ela para descrever a história mais de dez vezes, descrevendo os traços da pessoa, e assim pôde criar um retrato mental. A partir desse dia, Mauro não conseguia fazer mais nada. O homem correto em suas

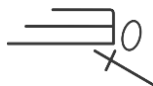


ações tornou-se indiferente, como que alienado. Por pouco se descontrolava revelando agressividade, principalmente com os criminosos e infratores.

Mauro chegou a faltar ao trabalho, obcecado na busca pelo homem; e se atrasou para a chamada tantas outras vezes, pois ficava muitas horas rodando pelas ruas do seu bairro e região à procura do indivíduo. Enquanto procurava, ficava imaginando como iria para matá-lo. Mauro queria fazê-lo sofrer muito antes de morrer. Esse desejo de vingança, com requinte e crueldade, mantinha-o vivo. Chegou pesquisar até métodos de empalamento, e concluiu ser essa a melhor alternativa. Isso seria feito.

Mauro conseguiu encontrar o bandido, o qual era filho de uma renomada juíza em Belo Horizonte, e ainda era menor, tinha 16 anos à época do ocorrido. Ele vivia uma vida regada a muito conforto e oportunidades, apesar de ser considerado problemático pela família. Não obstante, sua mãe, extremamente protecionista, sempre encontrava uma forma de isentá-lo de responsabilidades e mantinha-o impune. Desde jovem, o filho da magistrada já havia passado por várias clínicas para tratamento de dependência química e, sem desejo de mudança, ele sempre se envolvia em problemas com vizinhança e em brigas nos bares a que frequentava.

Mauro planejou tudo. Passou a acompanhar seus passos. Aos poucos sua esposa Isabel foi-se refazendo. Retornou ao trabalho, mas passou a fazer acompanhamento psicológico, pois tinha muito medo de sair à rua. Mauro e Isabel mantinham esse segredo, fazendo dele um peso para suas vidas, pois eles não haviam contato nada para ninguém, muito menos para seus

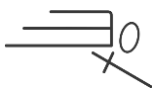


filhos, os quais percebiam que algo se tornara diferente na família. Eles ainda eram muito pequenos para compreender a complexidade da vida.

O ímpeto por vingança comprometeu-o, impedindo-o de agir com astúcia. Mauro foi condenado a trinta anos de prisão, com todos os agravantes possíveis. Além disso, foi excluído da polícia. A mãe do Jovem contratou os melhores Penalistas de Belo Horizonte, moveu mundos e se valeu de todos os seus contatos e influências para que Mauro fosse condenado. Ele sentiu o peso do que era ser um militar nas mãos do judiciário, e como este pesava a mão nas condenações contra os policiais. Para a grande maioria, parecia imperdoável que um militar, guardião da lei, pudesse violá-la. A defesa tentou de todas as formas, foram aos tribunais, impetraram recursos, mas não havia remédio, a mídia já o havia condenado.

Foi um momento difícil em sua vida, pois, perdera o que mais amava: a polícia e a honra de sua esposa. Ele sentia como se a vida tivesse sido arrancada dele. Sentia-se humilhado e, por isso, não conseguia mais conversar com o seu pai e olhar para ele, pois imaginava o desgosto que havia causado a ele. Alguns meses após a sua condenação, o seu pai, não suportando tamanho sofrimento do seu filho, sofreu um infarto e morreu. Enquanto isso, Isabel teve um quadro de depressão, chegando a ficar internada por muito tempo. Sua mãe e seus irmãos tomaram para si a criação dos seus filhos. Dez anos depois, Isabel faleceu, vítima de um câncer de mama.

Mauro ficou cerca de vinte anos na prisão, e agora se encontrava em livramento condicional. Ao sair, buscou alguns bicos para sobreviver, mas quando viam seus registros de



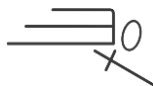
antecedentes criminais e ficavam sabendo que ele havia sido militar, o dispensavam. Aí se tinha clareza do quanto era difícil ser militar e egresso do sistema prisional, ele era duplamente estigmatizado. A sociedade é muito cruel com o policial, pois ele não pode errar. Se errar, deixa de ser tratado como ser humano. De certa forma, exige-se que aja como uma máquina.

Mauro passou por muitas dificuldades. A família se afastou dele, ele estava sozinho. Os filhos já adultos, não o reconheciam como pai e tinham vergonha dele. A vida militar, as condecorações caíram no esquecimento. Os amigos o abandonaram enquanto apodrecia na cadeia.

Lembro-me de que quando lhe perguntei o que sabia fazer, ele disse que sabia ser policial militar. Ele conseguiu alguns bicos na construção civil, limpeza urbana, atividades bem aquém de suas habilidades. Para ele, era muito difícil recomeçar e construir uma vida profissional além daquela que conhecia.

Durante muito tempo acionei os meus contatos pedindo ajuda e uma oportunidade de trabalho para ele. Nos últimos dias, finalmente, tinha conhecido um empresário que, ao relatar a história de Mauro, comovido, demonstrou interesse em lhe dar uma oportunidade, uma vaga de segurança na empresa.

Após essas divagações, tirei um papel da gaveta e entreguei a ele. Mauro não entendeu. Pegou o papel e leu. Ele parecia não acreditar no que via. Com as mãos trêmulas, ele deixou algumas lágrimas caírem. Era um trabalho. Mas, só nós dois sabíamos o que aquilo representava em sua vida. Eu não me contive, levantei-me e o abracei. Era só uma oportunidade, mas para ele, a oportunidade de recomeçar.





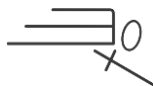
CAPÍTULO VIII – DIREITO PENAL LÍQUIDO: NOVO PANÓPTICO E O MONITORAMENTO DE CORPOS

MARIA RITA

Eu estava muito agitada. Havia chegado ao trabalho e tentava relaxar um pouco para receber o meu primeiro cliente do dia, Ernesto. Era o primeiro caso de egresso monitorado eletronicamente que recebia em meu escritório, por isso estava um pouco ansiosa. Não só por isso, mas vivia tempos de aflição interna.

Andava de um canto da sala a outro, assentava, tentava ler um capítulo do romance da Clarice Lispector que havia ganhado de aniversário de uma grande amiga. Ela disse que era para ler o livro com muito carinho, pois ela acreditava haver muita identificação comigo. Contudo, não conseguia me concentrar.

Naquele mês, a cor preta encontrava ressonância com a minha intimidade. Sempre disse que a cor da roupa reflete o nosso estado de espírito. Para mim, essa teoria era muito coerente. Eu usava uma saia longa preta, blusa de manga comprida, colares e brincos grandes. Minhas unhas tinham sido pintadas de roxo; meu batom era roxo e calçava botas pretas. Hoje entendo o sentido do uso das roupas pretas em velórios e enterros. O preto nos permite ficar fechados. Eu havia passado um mousse no cabelo para que ele ficasse bem exótico. Na realidade eu estava me sentindo um personagem dos Filmes de Harry Potter. Estava farta de me render às chapinhas e os cabelos

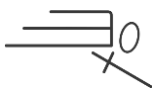


alisados. Tinha deixado o meu cabelo sair às luzes e usar a sua cor natural. Não queria me render à ditadura das loiras e dos cabelos lisos. Também renunciava aos terninhos e às roupas formais no meu escritório. Tinha muita dificuldade de me render a esses padrões, embora seja evidente o preconceito por trás do uso das minhas roupas, e toda vez que utilizava roupas fora dos padrões forenses, o segurança do Fórum me pedia para apresentar a carteira de advogada.

Acredito que vestir-me dessa maneira é uma forma de manifesto e é um luto contra algumas práticas que estavam me desagradando muito. Confesso que nem uma boa música, ou a minha poltrona e o meu gato poderiam dar-me alguma cor.

Olhei para a luz entrando pela fresta da cortina e logo a fechei. Não permitia que os raios solares me tirassem desse luto e sentimento. Eu estava fumando muito mais do que de costume. Ao sentir a nicotina circulando no meu corpo, parecia que isso também fazia uma associação à morte. Talvez representasse a morte de algumas coisas que queria excluir internamente. Lembro que havia lido uma matéria do Doutor Dráuzio Valera, na qual ele destacava que, se absorvida por via oral ou pulmonar, a nicotina chega ao cérebro em segundos e depois de ser dissolvida no sangue, vai sendo excretada rapidamente. Quando os neurônios percebem que ela está escapando dos receptores, provocam um grau de ansiedade que só quem foi fumante sabe o que representa.

A campanha tocou. Apaguei o cigarro e rapidamente coloquei o cinzeiro no banheiro. Quando Ernesto chegou ao meu escritório, eu logo pude perceber alguns efeitos do adestramento. Ele era um rapaz pequeno e tinha um aspecto muito amarelo nas



unhas, dentes e olhos; além disso, ele tem dificuldades para andar. Abri a porta.

– Bom dia. Sou a Doutora Maria Rita. Entre, por favor, e se assente. Vou lhe servir um cafezinho!

– Não, muito obrigado, não precisa!

– Você não toma café, ou não quer?

Como ele apenas sorriu, fui à cozinha e trouxe café para nós dois. Ele estava assentado no mesmo lugar, inerte como uma estátua.

Começamos a conversar e durante toda a conversa percebi que ele olhava constantemente para a luz da tornezeira eletrônica. Parecia que ele não tinha sossego e a parte mais importante da sua vida era tomar conta da tornezeira.

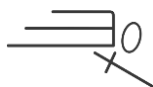
– Isso incomoda você?

– Eu sinto pânico quando a luzinha começa a ficar roxa!

Nunca pensei que a cor roxa pudesse provocar um sentimento tão angustiante em alguém.

Com os avanços tecnológicos da modernidade foi possível pensar em estratégias de ampliação do controle social. A prisão, nessa nova modalidade extrapola os muros dos Complexos Penitenciários e passa a permear o meio social. É um discurso de humanização da pena que aos poucos vai intensificando o monitoramento de corpos.

Foucault nomeou o fim do século XVIII e o início do XIX como um período caracterizado pelo surgimento de uma sociedade disciplinar assinalada como um modo de organizar o espaço, de controlar o tempo, de vigiar e registrar continuamente o indivíduo e a sua conduta. Segundo esse pensador francês, as práticas disciplinares buscam a normalização e o adestramento do

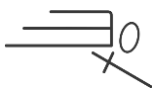


indivíduo e agem principalmente em seus corpos para manter as pessoas sob constante vigilância. Portanto, o corpo não precisa mais ser marcado, mas sim adestrado, formado e reformado. As grandes apostas de reforma da sociedade são a religião, trabalho e a educação.

A Monitoração Eletrônica passou a fazer parte do Sistema de Justiça Criminal da sociedade mineira, afetando, sobretudo, a vida dos egressos do sistema prisional. As primeiras tornozeleiras eletrônicas para monitoramento de presos começaram a ser implantadas em Minas Gerais, no dia 17 de dezembro de 2012 com três finalidades principais: detenção, (o monitoramento visa manter o detento em lugar predeterminado, normalmente em casa), restrição, no sentido de garantir que o indivíduo não frequente determinados lugares, ou ainda se aproxime de determinadas pessoas como testemunhas, vítimas e co-autores; e a vigilância, a qual permite que a pessoa monitorada seja permanentemente vigiada pela unidade gestora. Essa pessoa precisa apresentar justificativa para todas as atividades e para frequentar determinados locais.

Tal engenharia pode se adequar bem aos moldes do Sistema Judiciário e surge como a grande dádiva para os juízes ávidos por um sistema que possa dar uma resposta social e para a sociedade que, com sangue nos olhos, tem grande desejo pelo controle e enquadramento social.

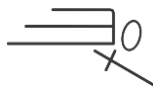
Fico pensando que não somos uma sociedade preparada para lidar com as diversas diferenças e não as toleramos. Tentamos enquadrar as pessoas dentro de determinados padrões. Assim, pensamos em colocá-las em gavetas sociais pela via do



trabalho, da educação e da religião. Tais fatores se apresentam como uma construção sobre o homem de bem.

Ernesto tinha comportamentos persecutórios, e momentos de tranquilidade pareciam não fazer parte do seu cotidiano. Fiquei pensando como essa questão parecia ser tão paradoxal, pois a ideia da progressão de pena está se associa ao fato de o apenado ir ganhando paulatinamente a liberdade e ir aumentando o senso de responsabilidade. Contudo, percebia que a tornozeleira era tão mais severa do que as próprias grades.

– Dra. Maria Rita, eu passei muitos anos na prisão. Confesso que foi muito difícil ficar longe da minha família e não poder fazer o que gostaria. Contudo, agora estou me sentindo muito mais preso do que antes, pois, quando estava preso, tinha o que comer e o que vestir. Hoje, eu não consigo entrar na sociedade. O atestado de antecedentes criminais não ajuda, além disso, tem essa tornozeleira eletrônica. Eu já fiz umas cinco entrevistas de emprego. No começo, eu passo em todas as etapas, mas a contratação, essa nunca chega. Como eu tenho que justificar a minha movimentação, eu peço uma declaração para levar à Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica. Eu já sei o resultado disso, no outro dia eles me ligam e dizem que preencheram a vaga. Além disso, toda vez que tenho que sair de casa eu preciso pegar uma declaração para apresentar. Outro dia minha esposa estava passando mal, ela está grávida de 06 meses, fui levá-la no Hospital na madrugada, o agente me ligou e quase tive um mandado de prisão. Eu sei que tem gente que faz muita coisa errada, contudo eu preciso de um mínimo de dignidade para viver!



Na medida em que Ernesto falava, eu pensava na vida real que é muito mais dinâmica do que a vida jurídica, e em como a operacionalização do equipamento repercute de diversas formas na vida do sujeito. E ele continuou falando.

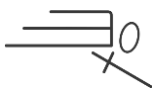
– Dra. Maria Rita, no dia em que recebi a tornozeleira eletrônica do juiz, ele falou que seria muito bom, pois ficaria perto da minha família e poderia me reinserir na sociedade. Ai eu pergunto, como é que vai me reinserir na sociedade, se essa tornozeleira me prende mais do que as próprias grades? Agora eu carrego a prisão comigo!

Eu o ouvia atentamente, acompanhando as suas palavras assentindo com a cabeça.

– Outro dia eu saí com a minha esposa e meus filhos para comer um sanduíche. Estava fazendo muito calor e eu vestia uma bermuda. O casal que estava do meu lado ficou me olhando o tempo todo e foi embora antes mesmo de fazer o pedido do lanche. Eu confesso que isso às vezes me revolta, pois estou pagando o que devo à sociedade e ainda tenho que me submeter a esses constrangimentos!

Ao ouvir esse relato, lembrei-me de uma questão que discuti na minha Dissertação, ou seja, o que seria a “prisão subjetiva”. A pessoa sai da prisão física, mas a sua subjetividade é marcada pela perpetuação da pena, sobretudo pelas marcas que a prisão acarreta. Mas, a tornozeleira se apresenta de outra forma, a prisão deixa suas marcas para fora das grades, um tipo de prisão virtual.

– Às vezes penso que é preferível voltar para o Albergue a continuar nessa situação. A senhora pode fazer um pedido para eu voltar para o albergue?



Conversamos durante um bom tempo sobre a tornozela, eu não poderia perder a oportunidade de entender melhor o reflexo desse mecanismo na vida de alguém.

A campainha tocou. Eu não esperava por mais ninguém. Abri, e qual a surpresa, era meu marido com flores e um belo sorriso.

– Vim buscar alguém especial para um almoço especial. Essas flores são para alegrar o seu dia!

Ele era incrível. Só ele mesmo para me arrancar um sorriso e um suspiro nos meus dias blacks.

– Entre me espere um pouquinho. Eu estou terminando um atendimento.

O convite para o almoço me assustou, pois eu não tinha visto as horas passarem.

Quanto Ernesto ouviu a nossa conversa e percebeu que era hora de almoço, olhou para o relógio e levou um susto também.

– Nossa, treze horas!

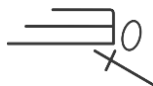
Olhou novamente para a tornozela e, meio constrangido, pediu uma declaração de comparecimento.

– Obrigado, Doutora. Eu já vou. A Central de Monitoração Eletrônica fecha às quatorze horas!

Ele pegou o meu cartão e disse que retornaria outra hora. Ernesto levantou e foi-se.

ERNESTO

Peguei a declaração e descí as escadas correndo. Eu havia perdido a noção do tempo. Tanto tempo conversando, aquela



conversa foi como mergulhar dentro de mim e, em poucos momentos da minha vida, eu me senti ouvido, como se fosse o personagem principal da minha história. Entretanto, ao descer cada degrau, fui retomando a consciência da minha vida, e a tortura psicológica recomeçou. Eu trazia no meu corpo as marcas da prisão.

Atravessei os quarteirões e lá estou eu, aguardando na fila. Rezava para que tivesse a oportunidade de conseguir atendimento. O suor banhava o meu rosto e as amarras da prisão, a minha alma.



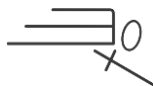
CAPÍTULO IX – A ÚLTIMA PEDRA

ZECA

Estava chovendo muito, eu revirava no chão como uma cadela no cio. Comigo, apenas a companhia de um rato que se alimentava dos restos de comida jogados no lixo. Ao mesmo tempo em tempo que me remexia, eu o observava. Era a única energia vital que conseguia sentir naquele lugar. Ao meu entorno, apenas zumbis à procura de mais uma pedra.

O meu corpo suplicava por mais uma pedra. Era a única coisa que importava naquele momento. É incrível o poder que essa porcaria exerce na cabeça da gente. Vinte quatro horas por dia a gente só consegue pensar em duas coisas: ma sensação que ela proporciona e em como conseguir comprar a próxima. Nos poucos momentos de lucidez, se é que posso falar que existe alguma lucidez nisso, fico pensando como algo pode nos levar a situações tão extremas. Por um lado, um prazer indecifrável, e de outro, o efeito destruidor e devastador que nos faz perder o que somos. Nos poucos flashes entre uma linha de pensamento e outra, o passado aparece em nossa mente como a cena de um filme. Reflexos da minha vida, do que fui um dia, da minha família, do que existia além da pedra, mas nada disso parece ter sentido. Ali eu não precisava ter nome, eu não precisava ter uma história, eu não precisava ser ninguém.

Muitos devem se perguntar como um ser humano consegue viver nessa situação. Contudo, parece que, aos poucos, vamos perdendo os sentidos, até porque é difícil conceber sentidos quando estamos mortos. É assim que me sinto, uma



coisa que busca incessantemente mais uma pedra. Assim, perdemos a humanidade pouco a pouco.

De repente, um cansaço profundo tomou conta de mim. Eu não dormia e não comia há uns cinco dias. Havia fumado uma pedra de crack atrás da outra. Tinha feito um corre na semana passada e levantado uma boa grana. Comprei o maior número de drogas para saciar todo o meu desejo, mas o curioso é que a minha vontade de fumar é insaciável. Para consegui-la, eu fazia qualquer coisa: vendia meu corpo e roubava. Eu tinha coragem de fazer tudo, matar para mim já não era um problema, mas apenas um meio para chegar a ela.

As minhas mãos estavam trêmulas. O meu corpo doía e a minha cabeça rodava. Eu estava apagando, mas o que pensava e queria era mais uma pedra. Acho que passei muitas horas ali. Eu tinha caído em um sono profundo.

De repente, um corpo pulsante se aproxima, era a minha mãe. Ela sabia onde ficava e vinha sempre me ver, mas, naquele dia, eu precisava acompanhá-la, pois iria conversar com a doutora que cuidava do meu processo. Eu tinha vários BOs por furtos e roubos. Fiquei preso por oito anos e agora tinha que comparecer de vez enquanto ao Fórum para me apresentar ao juiz. Às vezes saía também para alguns atendimentos com a doutora. A minha mãe vinha sempre me buscar.

Ela me levantou em um movimento de querer me trazer de volta à vida e pediu-me para trocar de roupa. Ela sempre trazia uma roupa cheirosinha e um prato de comida. É impressionante como ela não desistia de mim. Mas, como ela ainda podia acreditar, quando eu mesmo não acreditava mais? Tomei dos seus braços aquela marmita, tinha muita fome, mas não sentia o gosto



da comida. Os meus sentidos não eram mais os mesmos, eu não sentia cheiro, nem gosto, nem nada. Comi e, em seguida, com muita dificuldade me despi na rua e troquei de roupa.

Fomos caminhando até o ponto de ônibus. A luz do dia me ofuscava os olhos, por isso eu custava a enxergar. Eu nem queria e abrir os olhos nem queria ir, mas ela dizia que era importante.

Na cracolândia, vivemos como bichos. Saímos somente à noite. Durante o dia, ficamos escondidos nos escombros com nossos cachimbos. Ao longo do caminho, ela me olha e dava um sorriso, dizia que estava feliz, pois a doutora tinha ligado e disse que tinha boas notícias. Ela carregava uma pastinha com todos os meus papéis, pois acompanhava tudo. No caminho, observava as marcas no tempo no rosto da minha mãe: seus cabelos grisalhos, as mãos enrugadas e o caminhar com dificuldade. Pegamos o ônibus e descemos no ponto, subimos as escadas e tocamos a campainha.

MARIA RITA

Eu estava finalizando um atendimento quando olhei no relógio e percebi que já estava quase no horário de atender a Sra. Lourdes e o Zeca. Apreseiei o assunto e disse que estava à disposição e que poderia me ligar, caso houvesse mais dúvida. Acompanhei o meu cliente até a porta e nos despedimos com um aperto de mãos.

A dona Lourdes e o Zeca acabaram de subir as escadas e estavam chegando à porta do escritório. Abri um sorriso e pedi-



lhes que entrassem. A dona Lourdes me abraçou fortemente, e eu retribuí o abraço.

– Que bom que vocês vieram!

Entramos na sala de atendimento e eu olhei para Zeca. Ele estava tão magro. As suas roupas, como sempre, estavam limpas, mas seu corpo exalava um péssimo odor, como se fosse um corpo em putrefação, cujo cheiro se espalhou pela sala.

– Posso servir um café ou um chá para vocês?

– A senhora me dá um cigarro?

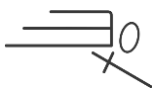
Dona Lourdes olhou para ele franzindo os sobrolhos. Olhei para ela e acenei a cabeça sorrindo, deixando claro que não tinha problemas.

Puxei o cigarro e arrastei o cinzeiro. O único sentimento que passava por mim era compaixão, compaixão dele e da família. É indescritível o efeito destruidor que o consumo de droga provoca a uma família, sobretudo às mães.

Por vezes, Dona Lourdes chegava ao meu escritório em prantos pedindo a minha ajuda. Em alguns momentos eu perdia o distanciamento profissional e não me continha, chorando junto com ela.

Eu preciso me conter, pois é necessário manter a serenidade para pensar em alguma possibilidade, mas não consigo exercer a minha profissão sem atos de humanidade. Lido com vidas e luto pelos direitos de pessoas. Por trás dos amontoados de papéis que formam o processo, temos vidas pulsantes e inúmeras complexidades.

Dona Lourdes se sentia culpada pela vida que o filho levava. Há muitos anos ela foi condenada por tráfico de drogas, e ficou presa por muito tempo. Hoje, ela já cumpriu integralmente

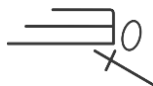


a sua pena. Dona Lourdes foi mãe solteira, tinha seis filhos e acabou encontrando, no tráfico, uma possibilidade de sustentar sua família. Por isso ela vivia com o sentimento de arrependimento. Andava encurvada como se carregasse o mundo inteiro nas costas. Durante muitos anos ela foi dona de boca e não tinha muito tempo para os filhos. Ela os deixava com a sua mãe e tentava protegê-los dessa vida.

Dona Lourdes sempre dizia que o seu desejo era que seus filhos tivessem uma profissão. Ela pensava em ganhar dinheiro para pagar os estudos e faculdade dos filhos. Ela disse que seu sonho era que Zeca tivesse se tornado um advogado. Ela se empenhava muito, como se quisesse apagar marcas do seu passado. Hoje, ela sobrevive fazendo faxinas. Disse que vai conseguir tirar o seu filho das drogas e que ele vai para a faculdade. Nos seus olhos, marcas de sofrimento. Nos seus prantos e momentos de desespero já chegou a me confidenciar, algumas vezes, que não dorme bem, pois acorda à noite com o barulho do telefone. Às vezes ela dizia silenciosamente que preferiria receber uma ligação informando que ele tinha morrido. E me dizia:

– Doutora, às vezes, penso que só a morte pode acalmar essa dor!

Para muitos, a morte é a única alternativa. Eu me lembrava o que o Zeca compartilhara comigo em nossas inúmeras conversas. Ele disse que ficava tão louco no Sistema Prisional que transformava tudo em pó para fumar. Todos os restos e desejo da cela eram utilizados. Tudo era aproveitado, casca de maçã e até barata.

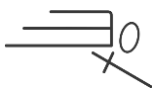


É muito difícil imaginar que pessoas são capazes de viver assim. Ao longo do meu trabalho, na Advocacia Criminal, deparei-me com muitos casos iguais ao do Zeca. Não me conformava com o fato dessas pessoas irem para a cadeia sem o menor critério, sem tratamento. Ficava pensando no que a cadeia era capaz de causar à vida delas.

No canto da minha mesa, olhei a capa do livro que tinha acabado de ler no dia anterior, Holocausto Brasileiro, lançado em 2003, pela Jornalista Daniela Arbex, a qual registrou os fatos censuráveis da história do Hospital Colônia de Barbacena. Os registros e dados que ela apresenta no livro são impactantes. Cerca de 60 mil pessoas foram mortas no hospital, cuja arrecadação com a venda de corpos foi cerca de 600 mil. As formas como as pessoas conseguem ganhar dinheiro é impressionante. Esse hospital representava a materialização da exclusão social que permeia a nossa sociedade. Segundo registros, setenta por cento dos internos não apresentavam diagnóstico de saúde mental, o que faz do hospital apenas uma máquina criada para matar pessoas socialmente indesejáveis, como gays, negros, prostitutas, alcoólatras, usuários de drogas e outros estigmatizados. Lamentável.

Abri a gaveta e tirei uns papéis. Era o despacho do juiz extinguindo a pena por cumprimento. Expliquei para os dois, mas Zeca estava totalmente apático, como se aquilo não significasse nada para ele. A dona Lourdes, por sua vez, dava gritos de alegria.

– Agora meu filho está livre. Não deve mais para a justiça e não pode mais ser tratado como um criminoso!



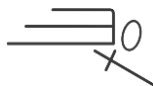
Ela o abraçou e chorava de alegria. Dessa vez, as lágrimas que saltavam dos seus olhos eram pura alegria e euforia.

Por outro lado, aquela notícia parecia não fazer qualquer diferença na vida do Zeca. A pena ou o seu cumprimento não faziam sentido na vida dele, o qual permanecia na mesma apatia, gélido.

Ernesto estava muito magro e as pontas dos dedos, queimados. Além disso, sua cabeça fora rapada. Após o último trago no cigarro, ele começou a ficar impaciente outra vez e levantou-se.

– Vou embora!

Abriu a porta e saiu da sala. Dona Lourdes se despediu e foi atrás do filho.





CAPÍTULO X – O ESTAGIÁRIO

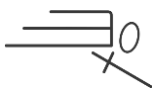
MARIA RITA

A tarde estava chuvosa. Havíamos nos esquecido de como era bom ver a chuva em Belo Horizonte, principalmente diante da escassez de água. Já imaginei que essa situação pudesse ocorrer algum dia, sobretudo pela cultura do consumo desenfreado. Pensava que meus filhos ou netos é que sofreriam com esse impacto e que eu não viveria tal situação.

Os jornais, as revistas e as campanhas publicitárias, todos os dias, entram em os nossos lares com mensagens de incentivo à redução do consumo de água e nos convocavam a adotar medidas para economia, com mensagens do tipo: “cada gota conta”.

Campanhas educativas e de sensibilização da população estavam por toda a parte: nas páginas do facebook, no WhatsApp e nas propagandas entre um programa e outro da Televisão. As pessoas passaram a conversar sobre isso nos cafés e bares da cidade. Chover passou a ser motivo de comemoração e nunca estive tão presente nas orações diárias das pessoas para que não falte água no planeta. Infelizmente, a nossa cultura ainda é daquelas que se preocupa com algo somente quando toma grandes proporções e que começa, de fato, a nos atingir. Nesse sentido, a necessidade de economizar água deixou de ser invisível e passou a ganhar visibilidade.

Assim como a economia de água ganhou publicidade, os governos também começaram a sentir necessidade de arquitetar iniciativas que pudessem trabalhar a inclusão social do egresso do

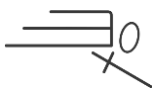


sistema prisional, principalmente quando o sangue passou a transbordar nos jornais. A Sociedade começava a cair na realidade e lembrar que essas pessoas voltavam para o meio social após o cumprimento da pena, embora, muitas pessoas ainda tivessem sangue nos olhos e fossem favoráveis à pena de morte e eliminação dessas pessoas.

Os Estados brasileiros só começaram a se preocupar com projetos que pudessem acolher o público egresso quando a taxa de criminalidade tomou proporções avassaladoras. O foco agora era resolver o problema da reincidência criminal. Vários projetos e ações foram arquitetados para remediar essa situação e reduzir a reincidência criminal que, segundo dados do Ministério da Justiça, com base em dados das Varas de Execuções Penais, chegavam a setenta por cento. Apesar disso, as pessoas lidavam com essa situação como se pudessem resolver os problemas da Segurança Pública num passe de mágica, e que isso poderia ser resolvido apenas com a atuação da Polícia Militar. Mas, muita gente não sabe que cuidar da Segurança Pública são ações que extrapolam a atuação policial e que o encarceramento não resolve os problemas sociais vividos pela população brasileira. De fato, tudo isso deve ser associado a outras ações atuem na base da formação social.

Apesar da complexidade, há esperança de dias melhores, mesmo que a geração atual não esteja viva para presenciar essas mudanças, o que não me impede de contribuir. É a utopia que nos movimenta.

Por falar em Utopia, essa ideia me remete ao país imaginário criado pelo inglês Thomas Morus. Para ele, um governo bem organizado, proporciona ótimas condições de vida a um povo equilibrado e feliz. Para Thomas More, Utopia era

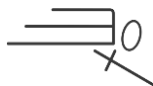


uma sociedade organizada de forma racional, as casas e bens seriam de todas as pessoas, que passariam seu tempo livre envolvidos com leitura e arte, vivendo em paz e em plena harmonia de interesses. Portanto, a Utopia representa a ideia de civilização ideal e, no sentido geral, denomina as construções imaginárias de sociedade perfeita, de acordo com princípios filosóficos de seus idealizadores. Por isso, eu continuo nutrindo as minhas utopias e imaginando o meu mundo ideal, onde as pessoas saberiam conviver com as diferenças entre si e não haveria estratificação social.

Eu observava a chuva caindo e percebia como as minhas plantinhas gostavam dela. Mesmo as que estavam afixadas na janela do escritório se alegravam com as gotas que caíam sobre elas. A água é fator preponderante na fisiologia de uma planta, participando efetivamente na nutrição e crescimento de todas elas. Isso me lembrava as aulas de Biologia nas quais a professora destacava que o crescimento e o desenvolvimento das plantas estavam relacionados a fatores internos, principalmente os hormônios vegetais (fitormônios) e fatores externos (luz, água, temperatura, etc.).

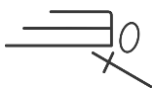
Fiquei pensando na simbologia da água e como ela é importante no processo de crescimento. Gosto muito de compreender a simbologia de algumas coisas. Eu havia ganhado um dicionário de símbolos ano passado e recordava que a água simbolizava a origem da vida, a fecundidade, a fertilidade, a transformação, a purificação, a força e a limpeza.

Desliguei o som, pois queria ouvir o barulho da chuva na janela. Ao olhar a parede, percebi que havia uma goteira. Corri na cozinha e peguei uma vasilha para colocar debaixo. Quando



coloquei a vasilha no chão, o telefone tocou. Era a pessoa que eu estava aguardando para o atendimento informando que iria se atrasar alguns minutos em razão da chuva. É incrível como a movimentação na cidade está cada vez mais difícil, sobretudo nos dias chuvosos. Disse-lhe que poderia ficar tranqüila, que a estava aguardando.

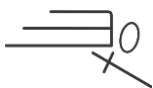
O serviço no escritório havia aumentado consideravelmente nos últimos meses e eu tomei a decisão de contratar um estagiário para me auxiliar em algumas tarefas. Não tinha projeto de contratar outro advogado naquele momento, até porque não era um processo fácil encontrar um advogado que tivesse sensibilidade para ofertar uma advocacia diferenciada. O meu objetivo não era apenas prestar uma consultoria jurídica ou atuar em um processo, mas trabalhar vários elementos que perpassassem a vida das pessoas envolvidas. Também trabalhava com a produção acadêmica partindo do pressuposto de que ela também era necessária para auxiliar nesse processo, era imprescindível para a mudança social. Por isso, trabalhava também na produção da minha tese sobre a situação dos egressos do sistema prisional. Eu havia dedicado a minha dissertação a essa temática. Produzi artigos, assisti a palestras sobre o tema nas instituições e universidades, bem como desenvolvi projetos em prol desse público em parceria com o Poder Público e iniciativas privadas. Além disso, me dedica às aulas, minha grande paixão. Eu era professora dos Cursos de Formação de profissionais da Segurança Pública, como a Polícia Militar, Policial Civil, Guardas Municipais e Agentes de Segurança Penitenciária. Eu tinha que plantar a minha sementinha.



Diante disso, pensei em contratar um estagiário, mas não queria qualquer estagiário, queria alguém que tivesse passagem pelo Sistema Prisional, um ex-presidiário. Estava escrevendo um Projeto para a Prefeitura que visava à inclusão do egresso no Mercado de Trabalho e buscava firmar parcerias com algumas empresas e com algumas secretarias que trabalhavam com a capacitação profissional do egresso e a sua inclusão no mercado de trabalho. Por uma questão de coerência e convicção, para propor a inclusão de egresso no mercado de trabalho, eu precisava dar minha contribuição. Para mim era uma questão de coerência, não bastava falar, era preciso fazer algo. Eu precisava dar o primeiro passo.

Nessa tarde, eu estava realizando algumas pesquisas para identificar ações em Minas e outros Estados que promoviam o acesso ao trabalho como direito social. Encontrei o Projeto Começar de Novo do Poder Judiciário que está vinculado ao programa Novas Rumos do Tribunal de Justiça. Esses projetos visavam a promover um conjunto de ações voltadas à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil com o propósito de coordenar, no âmbito nacional, as propostas de trabalho e de cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário, de modo a concretizar ações de cidadania.

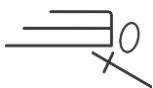
Em 2003, por meio do Poder Executivo, vinculada à Secretaria de Estado de Defesa Social, foi criada a Superintendência de Prevenção à Criminalidade com a missão de implantar uma política de prevenção ao crime por meio de ações integradas entre as diferentes organizações sociais que compõem o Sistema de Justiça Criminal. No mesmo ano, foi criado o



Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional com o objetivo de facilitar o acesso do público aos direitos previstos na Lei de Execução Penal, bem como promover o acesso a direitos sociais.

Como um eixo do Programa, foi criado o Projeto Regresso executado em parceria com o Minas pela Paz que visava a reinserção de egressos no mercado formal de trabalho e à promoção de ações de cidadania. Em 2009, o Governo de Minas criou a Lei Estadual nº 18.401, de 28 de setembro de 2009, que beneficiava as empresas que participavam da contratação de egressos do sistema prisional, alterada pela Lei nº 20.624 de 16 de janeiro de 2013. A empresa que aderisse a essa lei poderia receber subvenção econômica como estímulo para a contratação de egressos do sistema prisional.

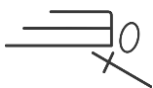
No Rio Grande do Sul, também existem iniciativas nesse sentido, por meio do Programa de Reinserção Social de Egressos do Sistema Prisional. Esse programa foi criado na esfera do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul vinculado à Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Penal de Porto Alegre – Grupo de Execução Penal. Um dos objetivos do referido programa era, principalmente, incentivar a contratação de mão-de-obra de egressos por empresas prestadoras de serviços junto ao Ministério Público. Elas seriam selecionadas por entidades especializadas nessa área, que celebravam termos de cooperação e faziam a transferência de recursos. Outro objetivo era a celebração de convênio para a captação de recursos para a qualificação de egressos do sistema prisional. O artigo 3º já previa, como forma de divulgar a adesão ao programa e incentivar novas empresas para firmar parceria, o certificado



“Empresa parceira da reintegração social de egressos do sistema penitenciário”.

Outra iniciativa que visava a facilitar a inclusão do egresso no mercado formal de trabalho era a do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei nº 6.346, de 23 de novembro de 2012 que altera a Lei nº 3.940 de 09 de setembro de 2002. Essa Lei previa que cinco por cento das vagas oferecidas pelas prestadoras de serviço ao Estado do Rio de Janeiro deveriam ser reservadas para os detentos e egressos do sistema penitenciário que cumprissem penas alternativas.

No Estado de São Paulo, no desenvolvimento do Programa Estadual de inserção de egresso do sistema penitenciário (Pró-egresso), o programa estabelece que o programa integre o processo de reinserção de egresso do sistema prisional que trata o artigo 10 da Lei de Execução Penal. O Pró-egresso é coordenado pela Secretaria Estadual de Emprego e Relação de Trabalho, por meio da Coordenação de Políticas Públicas de inserção no mercado formal de trabalho e atua em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária. O programa tem como foco a reinserção social e a inclusão do egresso do sistema prisional no mercado de trabalho e cursos profissionalizantes por meio de cotas pré-definidas. O programa estabelece também que os órgãos públicos estaduais devem exigir, em seu contrato e em editais de licitação de obras e serviços públicos, que a proponente vencedora contrate um número mínimo de egressos para a realização dos trabalhos. Portanto, a partir dessa iniciativa, pode-se observar a opção do Estado de São Paulo em definir cotas pré-definidas para o público egresso, sobretudo para os contratos e editais de licitação



de obras e serviços públicos, merecendo destaque também a integração entre ações de profissionalização e a inclusão de egressos no mercado formal de trabalho.

Eu estava muito envolvida com essas pesquisas e pensava como poderíamos trabalhar de maneira integrada. Cogitei a possibilidade de visitar esses Estados para conhecer suas iniciativas e entender de que maneira poderia pensar nas ações de acordo com a realidade de Minas Gerais. Minha imaginação extrapolava todas as barreiras e sonhava com aqueles projetos. Naquele momento, lembrei-me da goteira. A vasilha no chão não impedia que o piso fosse molhado. Fui ao banheiro para pegar um pano para secá-lo e a campainha tocou.

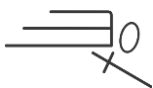
Abri a porta e dei de cara com um rapaz alto, de óculos colorido e um sorriso estampado no rosto. Abri a porta e ele foi logo me abraçando dizendo que era um prazer me conhecer. Achei legal aquela iniciativa e percebi que ele um rapaz que se jogava. Gosto de pessoas assim, corajosas e que já chegam, chegando. Para mim, é sinônimo de personalidade e de quem não tem medo de se entregar.

A chuva que caía pedia um cafezinho. Pedi-lhe que esperasse um minuto, que iria colocar o pano no banheiro e fazer um café. Fui para um pequeno compartimento da sala que usava como uma pequena cozinha.

– Como você ficou sabendo da vaga de estagiário?

– Eu estive no Fórum, e a escritã da Vara de Execuções Penais que conversou comigo falou dessa vaga!

– Eu pedi a ela que me indicasse alguém!



– É. Eu havia pedido a ela para me avisar caso soubesse de algum egresso do sistema prisional que estivesse cursando Direito. Então, é você!

– Sim. Eu estou estudando Direito!

– Em qual período você está?

– No quinto período, ainda! – disse, ajustando os óculos.

– É, quinto período! – Repeti, mecanicamente.

– Isso é impeditivo para a ocupação da vaga? A senhora prefere alguém que já esteja mais adiantado?

– Não. O importante para mim é que você tenha afinidade com o serviço e com a maneira como faço o trabalho. É importante que você se esforce e queira contribuir, isso sim faz valer a pena.

Ele respondeu o que eu dissera com um novo sorriso e completou:

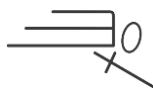
– Caso eu seja escolhido para a vaga, a senhora pode ter certeza de que eu darei o melhor de mim!

Ao ouvir isso, gostei dele mais uma vez, pois, aos poucos e sem perceber, ele ia acertando na loteria e marcando importantes pontos nesse processo de contratação do estagiário. Dar o melhor de si. Isso é o que falta nas pessoas. Eu não precisava de um gênio em Direito, alguém que soubesse todos os artigos e os códigos, mas de alguém que pudesse oferecer o melhor de si para aquele trabalho.

O café ficou pronto e o servi em canecas de louça.

– Vamos à sala de atendimento. Podemos continuar conversando enquanto tomamos um café!

– Eu já fiz um pouco de estágio na Pastoral Carcerária, e é um trabalho muito interessante. Essa é uma das razões por que



quero me especializar na área penal! Desde que comecei a estudar, a área penal e trabalhista despertaram muito a minha atenção. Acho que tem muito a ver a questão da assistência social!

Eu não disse nada, mas pensei comigo: mais uma coincidência.

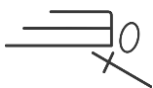
– Eu também sempre gostei dessas duas áreas, por isso fiz o Mestrado em Direito do Trabalho e estou fazendo Doutorado em Direito Penal. Sempre pensei no quanto é nobre lutar pelo trabalho e pela liberdade!

Enquanto eu falava isso, notei que o sorriso se estendeu novamente em seu rosto, pois ele percebera que havia afinidade de pensamento entre nós. O seu sorriso expressava uma garantia de que o estágio seria dele.

– Com quem, quais juristas, a senhora tem se identificado em seus estudos?

– Atualmente, estou gostando de estudar Salo de Carvalho. Ele é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Gosto também do Jorge Luiz Souto Maior, professor da Universidade Federal de São Paulo.

Eu tenho muita simpatia pelo jurista Souto Maior. Li recentemente o seu livro O Direito do trabalho como instrumento de Justiça Social. Em seus livros ele enfatizava o caráter humanitário do Direito do Trabalho e explora o Direito do Trabalho como instrumento de Justiça Social. Esse jurista destaca que o Direito do Trabalho deve representar a materialização de garantias constitucionais e deve normatizar os princípios fundamentais da sociedade e postulados da Constituição. Em outro ponto fala a respeito do papel relevante que o Direito ao Trabalho tem, pois é uma tentativa de minimizar



as desigualdades sociais. Outro autor de quem eu gostava muito era o Maurício Godinho Delgado. Ele desenvolve a ideia de que o trabalho assume caráter de ser o mais relevante meio garantidor de um mínimo de poder social à grande massa de população, aquela que é destituída da riqueza e de outros meios lícitos ao seu alcance.

Recentemente eu estava relendo o livro *Antimanual de Criminologia do Salo de Carvalho*, no qual ele traz muitas reflexões interessantes. Eu o utilizava sempre nas minhas aulas de Criminologia. Quem me apresentou o Salo de Carvalho foi meu colega de Mestrado, ele disse:

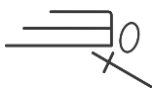
– Maria Rita, tudo que o Salo de Carvalho escreve vale a pena ler. Até receita que ele publica você deve ler, pois vale a pena!

Na época pensei que fosse um exagero, contudo, com o tempo, vi que ele estava certo. Comecei a acompanhar suas publicações, o adicionei no Facebook e assim podia acompanhar todas as suas produções e sua opinião acerca dos fatos que ocorriam, sempre muito assertivas. Com isso pude perceber que a internet poderia representar algo muito positivo na troca de ideias e que poderia ser uma ótima ferramenta de mudança social e socialização de ideologias.

A conversa fluía espontaneamente. Conversávamos sobre livros, sobre sua vida acadêmica e suas experiências profissionais.

– A sua atitude, Dra Maria Rita, deixa-me surpreso, porque essa iniciativa de contratar egressos do sistema prisional, é muito rara e nobre. Um ex-presidiário enfrenta muitas dificuldades para encontrar um emprego, ou mesmo um estágio!

– Você acredita que seja preconceito, Maicon?



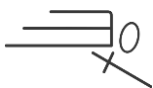
– Também. Algumas vezes eu entreguei meu currículo em algumas empresas e passei em todas as etapas do processo seletivo, mas, depois de alguns dias, recebia um telefonema em que alguém dizia que a vaga havia sido preenchida. As pessoas do RH me agradeciam por participado do processo seletivo, mas terminava por aí. E eu sabia exatamente o que tinha acontecido. Os antecedentes criminais é um tipo de prisão que nos prende pelo resto da vida. Eu sempre serei isso!

Maicon havia permanecido muito tempo no Sistema Prisional durante dez anos por homicídio. No período em que estive preso, ele começou a se interessar por Direito e sempre auxiliava seus colegas de cela a fazer pedidos previstos na fase da Execução Penal, porque o preso tem direito a autodefesa¹² na fase da execução. Ele terminou o ensino fundamental e médio na prisão, e logo prestou vestibular para Direito. Ele começou a estudar enquanto estava em regime semiaberto, o qual lhe permitia sair da prisão para estudar, retornando à noite para a Unidade Prisional. Ao falar sobre isso, Maicon demonstrou muita tristeza, porque era muito difícil tocar nesse assunto.

– A prisão deixa marcas muito difíceis de apagar!

Lembrei-me de uma questão que discuti na Dissertação de Mestrado, a qual se referia à “prisão subjetiva”, ou seja, aquela que está ligada aos efeitos do aprisionamento na vida do indivíduo, e que se perpetuavam mesmo após a sua saída do

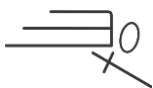
¹² Autodefesa é a capacidade que se faculta alguém de postular perante as instancias judiciais as suas pretensões na Justiça. Na fase da execução penal o sentenciado pode realizar os seus pedidos.



cárcere. Era o caso do Maicon. Embora não mais vinculado ao sistema prisional, ele carrega consigo os estigmas decorrentes disso, os quais fazem com que ele continue vivenciando efeitos da prisão na rejeição, no preconceito e nos rótulos que a sociedade lhe impunha. Isso pesava muito na hora de conseguir um trabalho.

Lembrei-me de um caso no qual havia advogado, e que havia tramitado na Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho. Nesse caso, o tribunal condenou a empresa a indenizar a minha cliente por exigir dela a certidão de antecedentes criminais como condição para a sua contratação. A fundamentação da decisão foi pautada na ideia de que o direito de propriedade e o poder de direção do empregado não eram absolutos e que encontra limites nos direitos fundamentais do trabalhador. Na época fiquei muito feliz com essa vitória e acho que a vida é feita de pequenas vitórias em prol do que acreditamos.

Ao final da nossa conversa, tive a certeza de que havia conhecido a pessoa certa para aquela vaga. Acertamos os detalhes do contrato e do trabalho a ser realizado. Maicon ficou comigo no escritório durante dois anos. Ele foi um grande companheiro. Durante todo esse tempo ele foi meu braço direito, sempre muito gentil e disposto a ajudar. Sempre o convidava para conversar após o expediente, e ele passou a frequentar minha casa, tornando-se um grande amigo da família. Ele também era um elemento fundamental na resolução de alguns casos. Ele sempre contava a sua experiência e apresentava alguns prismas importantes para entender o caso. Ele foi indicado para trabalhar em um grande escritório de advocacia em Belo Horizonte.

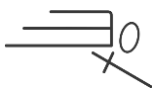


Com o tempo, construímos uma relação de confiança, o que deu a ele liberdade para falar de questões mais pessoais, como as frustrações que muitas vezes enfrentamos na vida.

Em ocasiões como essas, ele falava de sua vida e das dificuldades que encontrava, frustrando, muitas vezes, o seu desejo de recomeçar. Ele sonhava ser Defensor Público, pois queria muito ajudar aqueles que são esquecidos na prisão. Sabia, entretanto, dos desafios que se encontravam em seu caminho, sobretudo pela exigência de reputação ílibada e investigação social para ocupar os cargos públicos. Esse conceito era aberto e poderia haver uma discussão nesse sentido.

Lembrei-me de uma reportagem que li sobre o assassinato do índio Galdino em uma parada de ônibus da 703 Sul em 1997, cujo jovem envolvido nesse assassinato já havia cumprido medida socioeducativa e estava na última fase de seleção para agente da Polícia Civil do Distrito Federal. Na época, a situação provocou controvérsia entre os juristas. A Professora de Direito Penal e Constitucional da Universidade Católica de Brasília, Soraia Mendes, era favorável a que ele tomasse posse. Ela disse que qualquer legislação minimamente garantista e moderna assegura a quem cumpriu pena o direito de não passar o resto da vida sendo responsabilizado por um erro pelo qual foi punido.

Já no Superior Tribunal de Justiça existe o entendimento de que os editais de concurso público podem exigir a avaliação de conduta social como requisito essencial para a aprovação do candidato. Pela Corte, a investigação não se resume a analisar a vida pregressa do candidato quanto às infrações penais que porventura tenha praticado, mas deve avaliar também a conduta moral e social, visando a ferir o comportamento frente aos



deveres e às proibições impostas ao ocupante de cargo público da carreira policial.

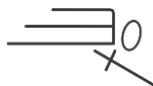
Na época, acompanhei o caso e constatei que ele havia sido barrado no critério de vida pregressa, que analisa o passado do candidato. Mas, ele recorreu à Justiça, que lhe concedeu uma liminar garantindo o seu ingresso na corporação. Ele já havia começado as aulas de formação na Academia de Polícia.

Ao despedir-me do Maicon, em seu último dia de estágio, preparei-lhe uma pequena surpresa. Quando ele chegou, ressaltai como ele havia auxiliado muito nas atividades do escritório e, sobretudo, fora muito importante em minha vida. Li uma mensagem em sua homenagem e ele ficou muito emocionado.

Ao ver as lágrimas correr por sua face, lembrei-me do dia em que ele entrou em minha vida. Lembrei-me da simbologia da água e de sua importância para o crescimento, e de como era importante para a planta germinar. Paralelamente, pensei que como oferecer uma oportunidade de trabalho poderia representar algo novo na vida daquele que passou pelo sistema prisional. Assim lembrei-me do primeiro dia em que ele entrou pela porta do escritório, e lembrei-me também da plantinha que tinha na minha janela e como floresceu. E que são vários fatores importantes para esse crescimento. Assim, era a vida!

FINAL DE EXPEDIENTE

Tomei a última taça de vinho, estava exausta de contar tantas histórias. Minha boca estava seca. Olhei no relógio e me dei conta que estava falando há várias horas. Sentia como se tivesse terminado de narrar a história de um livro, com diversos



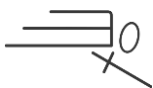
enredos e personagens. Eram muitas vidas que pulsavam, mas vidas invisíveis.

Foi bom dar essa entrevista ao meu amigo, pois eu precisava descortinar o mundo guardado entre as paredes do meu escritório e tentar, de alguma forma, sensibilizar as pessoas. Eu precisava mostrar o outro lado da moeda.

Eu queria mostrar que por trás de um crime, de um tipo penal, dos monstros temidos pela sociedade existe um sujeito, com sua história, sentimentos e vidas.

Aos poucos fui me conectando novamente ao que estava ao meu redor. Éramos os únicos no bar. À minha frente, meu marido, Francisco, Magali e Isaac, eles estavam me olhando com os olhos arregalados. Em suas expressões, um choque, uma surpresa, um misto de emoção. Não era necessário dizer mais nada, as vidas retratadas naquela noite falavam por si.

Pedimos a conta e silenciosamente e saímos. Nós nos abraçamos longamente e retornamos para as nossas vidas.







Marina Aparecida Pimenta da Cruz Correa é Doutoranda em Direito, Mestre em Direito e Especialista em Projetos Sociais e Políticas Públicas.

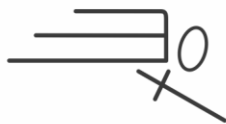
Desde 2006, desenvolve ações em prol da inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade social.

É professora da Faculdade de Políticas Públicas da UEMG e da Academia da Política Militar de Minas Gerais.

Também é membro do Observatório de Migração Internacional do Estado de Minas Gerais.



Este livro foi composto em Garamond.



MALAKO DIKAIA
PUBLICAÇÕES